

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO EM LINGUÍSTICA

VALDIRENE CAVICHIOLI

A RELAÇÃO SEMANTICA DOS NOMES DOS MUNICIPIOS DE
JUARA, JUÍNA E JURUENA.

CÁCERES-MT 2018

VALDIRENE CAVICHIOLI

A RELAÇÃO SEMANTICA DOS NOMES DOS MUNICIPIOS DE
JUARA, JUÍNA E JURUENA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob orientação do Professor Dr. Taisir Mahmudo Karim.

CÁCERES-MT 2018

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

C382a CAVICHIOLI, Valdirene .
A Relação Semântica dos Nomes dos Municípios de Juara,
Juína e Juruena. / Valdirene Cavichioli - Cáceres, 2018.
84 f.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu
(Mestrado Acadêmico) Linguística, Faculdade de Educação e
Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de
Mato Grosso, 2018.

Orientador: Taisir Mahmudo Karim

Coorientador: Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira

1. Semântica do Acontecimento. 2. Nomeação. 3. Análises
Enunciativas. I. Valdirene Cavichioli. II. A Relação Semântica
dos Nomes dos Municípios de Juara, Juína e Juruena.: .

CDU 81'37(817.2)

VALDIRENE CAVICHIOLI

**A RELAÇÃO SEMANTICA DOS NOMES DOS MUNICIPIOS DE
JUARA, JUÍNA E JURUENA.**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim – Orientador

Prof. Dr. Albano Dalla Pria

Profª. Dr. Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira

Cáceres, 21 de junho de 2018.

DEDICATÓRIA

Dedico a Izabel Cristina Cavichioli

Conhece meus sonhos.

Ouve minhas esperanças.

Sente meus problemas.

Senhora é única, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me mantido no meu caminho, com muita fé e perseverança, que me fez forte em momentos difíceis.

Ao meu esposo Juarez dos Santos, que não poupou esforços para que eu conseguisse cursar o mestrado, deixou toda sua vida profissional, família e amigos onde morávamos, e aceitou começar sua vida profissional em uma nova cidade, mesmo assim continuei muitas semanas longe de casa, muitos finais de semanas passou sozinho, mesmo estando perto ali ao lado, mas eu sempre estudando, mas enfim nós conseguimos superar todos os obstáculos.

Ao meu Orientador Professor Dr. Taisir Mahmudo Karim, que sempre me recebeu muito bem com um sorriso no rosto, e por me orientar em caminhos desconhecidos, onde aprendi muito. Quero agradecer pela grande oportunidade de aprendizado, e pelo seu tempo disponibilizado que foi fundamental para eu conseguir chegar até aqui no meu mestrado.

A minha mãe Izabel Cavichioli, que batalhou muito para dar, a mim e aos meus irmãos, um futuro promissor, pois tivemos muitos momentos difíceis por alguns anos, porém sempre falava: “Na vida é importante três coisas: ser honesto, ser humilde e ter estudo”, esse último ela sempre dedicou muito tempo da sua vida para que pudéssemos estudar, mas conseguiu e aqui estou mestrandando, um sonho dela e meu que estamos realizando juntas.

Aos meus sobrinhos (filhos que não tive) Juliana, Ana Julia, Sthella, Alice, Kaio, Ariela e Gustavo Raizer, meu primeiro sobrinho, que deixou tudo e veio morar comigo no primeiro ano de estudo, para que eu sofresse menos. Meu príncipe que sonha em ver sua tia um dia doutora, sonha de um jeito que me encanta, que após terminar tudo isso, poderemos tudo, viajar, conhecer lugares nunca visitado antes, compra uma Ferrari,..., que alegria ver ele assim, e poder incentivar pelos caminhos do saber, a magia de poder acreditar que com o estudo podemos chegar ao imaginário. A todas minhas sobrinhas, Sobrinho que sinto muita falta, e que pensei em desistir de tudo por várias vezes e volta para minha casa, pois sem eles não sou nada. Mas sabia que precisava dedicar a terminar meus estudos, que dessa forma terei a condições de poder ajudar a cada um deles num futuro muito próximo.

Aos meus irmãos Valter, Valdir e Valéria, que quando tomei a decisão de vir estudar longe de todos, seria difícil, mas sabiam que esse era um dos meus maiores

sonhos, “estudar”. Ao Valdir que sempre foi uma grande referência em nossa casa, e que me disse: é isso mesmo que quer fazer, então seja feliz vai atrás dos seus objetivos, a Valeria que deixou seu filho vir morar comigo, que todo o momento dizia com sua voz trêmula, não vai por favor vou sentir muito sua falta, mas em seu olhar, seu coração dizia: vai minha irmã, vou estar junta do seu coração onde quer que esteja, sem que ela soubesse fazia de forte não derramava uma lagrima, mas quando fui embora estudar sentia sua falta a cada segundo, por todos os dias, minha tata como ela diz, que falta ela me faz aqui. E ao meu irmão Valter nem tenho palavras, ou melhor sem palavras mesmo, como sempre decidimos fazer, sem falar é melhor, pois se olhar um para outro já estamos chorando, mas como diz ele é a única coisa que sei fazer, “estudar” estão me apoiou.

As minhas cunhadas Karla e Fabiana que mesmo longe fizeram algo que nunca esperaria que fizessem, quase todos os dias coloca minhas bebês para gravar vídeo, ligar, a cada ligação meu coração fortalecia e mais um dia eu ganhava para estudar.

A minha amiga Edeina Rodrigues, nos conhecemos e em poucos segundos já tínhamos resolvidos dividir nossa casinha, sem nunca ter nos vistos antes. Sou muito grato a Deus por ter colocado essa pessoa em minha vida, sua forma de ser me encantou quando cheguei para estudar algo novo, sempre respondendo prontamente minhas dúvidas e questionamentos. Companheira de muita semana juntas, compartilhando alegrias e tristezas, mas sempre unidas com um único objetivo vencer e chegar ao final do mestrado.

E para finalizar gostaria de agradecer a todos meus amigos que torceram por mim e puderam de alguma forma ajudar e participaram desse meu sonho. Ao meu amigo Rothschild Alencastro Antunes, que sempre esteve ao meu lado me apoiando e incentivando em momentos difíceis dizendo repetitivamente “no final tudo vai dar certo” e deu certo mesmo, aqui estou terminando mestrado.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que eu pudesse realizar este meu sonho, meus colegas de sala, meus professores e toda equipe da UNEMAT.

“As formas urbanas são o produto da história; sob o nome de cidade, acumula-se uma quantidade de experiências que não perfila o rigor de um conceito”
(RONCAYOLO,1997).

RESUMO

Este estudo pertencente a linha de pesquisa Estudo e Processos de significação, foi desenvolvido a partir de estudos teóricos formulados na Semântica do Acontecimento por Eduardo Guimarães, despertamos interesse pelo processo de nomeação dos municípios de Juara, Juína e Juruena que se desenvolveram nas décadas de 70 e 80 no Estado de Mato Grosso, tendo em vista as diferentes determinações sócio-históricas da época em que se deram os seus nomes. Partimos, do pressuposto de que pensar a nomeação como uma simples forma de classificação é deixar de fora uma série de fatores histórico-sociais que estão presentes na linguagem. Segundo Rancière (1994), um nome não classifica, ele identifica. Um nome, nessa concepção teórica, apresenta-se como um recorte do mundo, de forma a construir o sentido da coisa existente. Neste trabalho, propomos analisar como se dá o processo de nomeação desses municípios a partir do movimento de semantização desses nomes, tomando seu funcionamento como um modo de determinação social e histórica que produz sentidos de identidade desses municípios e de seus habitantes. Tomaremos como objeto deste estudo os nomes que nomearam e nomeiam os municípios de Juara, Juína e Juruena. As análises se darão pela ordem de emancipação política e administrativa dos municípios. Quanto aos aspectos teórico-metodológicos vamos considerar três, a saber: a) o funcionamento morfossintático dos nomes, considerando o processo de formação nominal desenvolvida por Dias (2013,2014,2015); b) o funcionamento semântico-enunciativo, pensando a nomeação em relação ao espaço de enunciação e às questões políticas, sociais e históricas que determinam essas nomeações; c) o procedimento de reescrituração e articulação. Trazemos também a noção de texto, considerando que o enunciado é um elemento linguístico que integra o texto, que essa integração se faz por uma relação transversal entre elementos diversos e a unidade à qual se reportam. Para Guimarães (2011, p. 19), “texto é uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento de enunciação”. Se pensarmos nas nomeações dos municípios emancipadas/desmembradas político administrativamente, observaremos que as enunciações que as nomeiam se dão no espaço de enunciação da Língua Oficial do Brasil, a Língua Portuguesa, e o acontecimento do dizer nomeia os municípios através de leis estaduais e decretos. Isso significa que há um agenciamento das figuras da enunciação pelo jurídico, responsável pela regulação, normatização, criação e nomeação desses municípios.

Palavras-chave: Semântica do acontecimento, Formação nominal, Municípios, Sentidos.

ABSTRACT

The theoretical studies formulated by Eduardo Guimarães in the theory of Semantics of the Event, sparked our interest in the nomination process of the following municipalities: Juara, Juína and Juruena, which were settled in the 70's and 80's decades in the State of Mato Grosso, considering the different socio-historical determinations of that time in which the names were given. We start from the assumption that thinking the nomination as a simple classification way is to leave out a series of socio-historical facts that are present in the language. According to Rancière (1994), a name does not classify, it identifies. A name, in this theoretical approach, presents itself as a clipping of the world, in order to build the meaning of the existing thing, which makes culture a different way of identifying and clipping the reality. In this work, we propose to analyze how occurs the nomination process these municipalities from the semantization movement of these names, taking its functioning as a social and historical determination mode that produces sense of identity of these municipalities and their inhabitants. We will take as study object the names that named and name the municipalities of Juara, Juína and Juruena. The analyses will be exposed by the order of political and administrative emancipation of the municipalities. As for the theoretical and methodological aspects, we will consider three, as following: a) the morphosyntactic functioning of the names, considering the nominal formation process developed by Dias (2013, 2014, 2015); b) the semantic-enunciative operation, considering the nomination in relation to the enunciation space and the political, social and historical issues that determine the nomination; c) the rewriting and articulation procedures. We also address the notion of text, considering that the statement is a linguistic element that integrates the text, and that this integration is done by a transverse relationship among different elements and the unit to which they refers. According to Guimarães (2011, p. 19), "text is a unit of meaning that integrates statements in the event of enunciation." If we think of the nominations of cities emancipated / dismembered politically and administratively, we will observe that the enunciations that name them occur in the space of enunciation of the Official Language of Brazil, the Portuguese Language, and the "acontecimento do dizer" nominates the municipalities through state's laws and decrees. This means that there is an agencying of the enunciation figures by the juridical, responsible for the regulation, standardization, creation and nomination of these municipalities.

Keywords: Semantics of the Event. Nominal formation. Municipalities. Senses.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BASA - Banco da Amazônia S/A

CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INTERMAT - Instituto de Terras de Mato Grosso

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Lei Estadual nº. 3.735, criação do distrito de Juara.....	37
Figura 2 - Lei nº 4.349, criação do município de Juara.....	43
Figura 3 - Ata de Emancipação de Juara	49
Figura 4 - Lei Estadual Lei N° 4.083	54
Figura 5 - Lei Estadual nº. 4.456, criação do Município de Juína.....	56
Figura 6 - Cria o Distrito de Juruena	65
Figura 7 - Cria o Município de Juruena.....	69
Figura 8 - Trajeto do Rio Juruena ao Rio Cuiabá.....	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPITULO I.....	15
1- A COLONIZAÇÃO DAS TERRAS DE MATO GROSSO E O SURGIMENTO DOS MUNICÍPIOS.....	15
1.1 – Brasil colônia e a nomeação do Estado de Mato Grosso.....	15
1.2- Marcha para o oeste: uma política de integração de terras.....	17
1.3– Origem e colonização dos Municípios.....	21
CAPITULO II.....	26
2 – DISCUSSÕES TEÓRICAS.....	26
2.1 Semântica do Acontecimento.....	26
2.2 O político e o espaço de enunciação.....	29
2.3 A Semântica do Acontecimento e o nome próprio atribuído a um Município.....	31
CAPÍTULO III.....	33
3 - MUNICÍPIOS: UMA HISTÓRIA, UMA IDENTIDADE.....	33
3.1 A Estrutura Morfossintática e Formação Nominal dos nomes dos Municípios... ..	34
3.1.1 - Juara - MT – Processo de colonização e nomeação.....	35
3.1.2 – Uma primeira identidade: Gleba Taquaral.....	38
3.1.3 – Distrito de Juara.....	40
3.1.4 - Juara a Município.....	42
3.1.5 - Ata de Emancipação de Juara.....	48
3.1.6 - Juína - MT – A Rainha da floresta.....	50
3.1.7 - Juruena -MT. Uma história de nomeação.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS.....	78

INTRODUÇÃO

A nomeação, para a Semântica do Acontecimento, é definida como “o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome” (GUIMARÃES, 2002, p.9) Para o semanticista Guimarães (2002, p. 33), nomear algo no mundo é falar segundo a deontologia do espaço enunciativo de uma língua. A nomeação se dá segundo as regularidades dos procedimentos de determinação dos nomes próprios. A capacidade referencial resulta do sentido do nome constituído por seu funcionamento no acontecimento enunciativo. Assim, segundo o autor, “não há como falar da história de um nome, sem que se fale da História em que o nome se dá como nome” (GUIMARÃES, 1992, p.16).

Pensar o acontecimento de nomeação nessa perspectiva é considerar que o nome próprio de um município significa como parte integrante de enunciados, e este como parte integrante de textos no qual o nome funciona.

Nesta pesquisa, temos como proposta, analisar os acontecimentos de nomeações dos municípios que, a partir de 1970, foram colonizados, e formaram a região noroeste de Mato Grosso. Nesta pesquisa vamos observar como a região passa a significar a partir dos acontecimentos de nomeações dos municípios de Juara, Juína e Juruena. Nossa observação se dará do lugar dos estudos enunciativos considerando questões determinantes para o funcionamento da linguagem, tais como: língua, sujeito e história.

Tomamos, como particularidade dessa reflexão, o acontecimento de nomeação dos municípios, bem como as designações desses nomes construídos nas relações enunciativas a partir do acontecimento do dizer. Para desenvolvermos este estudo, escolhemos como objeto de análise, a relação semântica dos nomes dos Municípios de Juara, Juína e Juruena de um modo bastante singular.

Nessa observação procuramos apreender o processo que historiciza as narrativas que constituíram e constituem a identidade dos munícipes dessa região do Estado de Mato Grosso, em uma posição teórica, tomada a partir da Semântica do Acontecimento, que se coloca numa concepção materialista que considera a linguagem como um fenômeno histórico.

Este trabalho se divide em três capítulos. Começamos por apresentar o primeiro capítulo, um percurso sócio histórico do processo de ocupação e urbanização de Mato Grosso, a partir de 1888, com a Proclamação da República e início do movimento político de desenvolvimento do país, instituído pelo governo federal em 1930, chamado de

“Marcha para o Oeste”. Esse movimento tinha como objetivo urbanizar e explorar as riquezas do Centro-Oeste brasileiro e terminou em 1964, com o início do Regime Militar e 1985 com a Nova República.

A “Marcha para o Oeste” representa um movimento social e político de ocupação de terras, o qual despertou interesse de migrantes, que vieram para o Estado de Mato Grosso, afetados por propagandas realizadas pelo Governo Estadual que prometiam aquisição de terras férteis e baratas, além de incentivos e subsídios que passaram a ser concedidos como a venda de grandes extensões de terra pelas colonizadoras e cooperativas.

No segundo capítulo, traremos à descrição da posição teórica à qual nos inscrevemos, a Semântica do Acontecimento, desenvolvida por Guimarães (2002). Essa teoria se distingue das demais teorias linguísticas por apresentar um novo conceito de enunciação, que é entendida como um acontecimento de linguagem determinado sócio-historicamente. (GUIMARÃES, 2005, p.9).

Nessa perspectiva teórica a qual nos filiamos iremos trabalhar o processo de nomeação que, conforme Guimarães (2005, p.09), a “nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome e a designação é o que se poderia chamar de significação de um nome remetida ao real”, visto que todos os dizeres estão expostos ao real da língua, “uma materialidade histórica do real”, pois “enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico”. Esse processo de nomeação se dá nos espaços de enunciação que “são espaços de funcionamento de língua, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante”.

Estabelecemos como corpus, um conjunto diversificado de textos, documentos oficiais e não oficiais, livros, atas, sites e revistas, que representam materiais provenientes de documentos que constituem a historiografia oficial e não oficial dos municípios.

No terceiro capítulo, dedicamo-nos às análises do funcionamento morfossintático e semântico-enunciativo dos nomes dos municípios a partir da perspectiva teórica à qual nos filiamos, a Semântica do Acontecimento. Apresentamos as análises dos nomes das cidades sob três aspectos: a) o funcionamento morfossintático, considerando que o nome próprio é, na sociedade, uma construção em que as relações morfológicas e sintáticas constituem o nome; b) o funcionamento semântico-enunciativo, pensando a nomeação em relação ao espaço de enunciação e às questões políticas, sociais e históricas que determinaram essas nomeações; c) considerando a temporalidade no acontecimento de

nomeação das cidades, pensando o funcionamento enunciativo constitutivo das relações designativas dos nomes analisados. Para melhor forma de organização, dividimos este capítulo em três seções, a primeira trata das análises do nome do município de Juara, a segunda trata das análises do nome do município de Juína e a terceira trata das análises do nome do município de Juruena.

Através das análises desenvolvidas procuraremos destacar os acontecimentos enunciativos que constituem as expressões descritivas dos nomes, o deslocamento semântico através do conflito político. Nestas enunciações designativas construídas na relação entre o sujeito colonizador e os nativos/índios em relação ao processo de ocupação/colonização do Centro-Oeste brasileiro.

Nas considerações finais procuramos apresentar os resultados das análises semântico-enunciativas que nos apresentam aspectos importantes sobre a colonização e constituição dos municípios e na análise do funcionamento morfossintático dos nomes já nos aponta para a caracterização da identidade própria desses municípios, como se deu sua nomeação a partir do funcionamento semântico-enunciativo dos enunciados designativos e também as relações semânticas existentes entre os três municípios estudados.

Para nós, semanticistas essa relação se constitui historicamente em uma relação que se constrói na temporalidade do acontecimento que recorta como memoráveis narrativas das histórias dos nomes dos municípios e projeta em si sua futuridade, com novos sentidos para futuras narrativas destas nomeações.

CAPITULO I

1- A COLONIZAÇÃO DAS TERRAS DE MATO GROSSO E O SURGIMENTO DOS MUNICÍPIOS

Analisar o funcionamento semântico dos nomes que nomearam os espaços urbanos que surgem a partir dos anos 70 do século XX, na ocupação do Oeste brasileiro, na região noroeste do Estado de Mato Grosso, é compreender que o acontecimento de nomeação funciona determinado sócio historicamente. Esse funcionamento constrói sentidos que determinam a identidade para esses novos municípios e seus habitantes e é a partir dessa tônica que propomos este estudo.

1.1 – Brasil colônia e a nomeação do Estado de Mato Grosso

Para entendermos o processo de nomeação dos municípios é necessário considerar as histórias constitutivas dos nomes que designam esses municípios. Para isso, é preciso levar em conta a construção da identidade política e cultural do Mato Grosso e seus municípios.

O nome Mato Grosso, segundo Karim (2016), aparece enquanto referência de uma região do sertão central do Brasil Colônia em meados da década de trinta do século XVIII. A enunciação primeira da expressão se dá sob o efeito de uma descrição do local que ao ser enunciada movimentada sentidos que a faz funcionar como expressão capaz de apreender e descrever o local onde os colonizadores, sujeitos-bandeirantes, tiveram seu primeiro contato com uma mata fechada. (KARIM, 2016, p.67)

Nessa perspectiva, faremos um percurso sobre a constituição da identidade de Mato Grosso a partir da ocupação por bandeirantes paulistas, no século XX, para compreender o processo de ocupação, colonização e urbanização do Mato Grosso. Neste estudo nossas análises se concentraram no processo de ocupação recente do Estado, motivado pelo movimento da Marcha para Oeste, observando o percurso sócio histórico do desbravamento e colonização do Mato Grosso, particularmente, das terras situadas na região noroeste do Estado. Essas terras foram nomeadas por colonizadores que vieram do interior de vários estados brasileiros, atraídos por propagandas de aquisição de terras férteis e “baratas”, e pelas políticas de integração.

De acordo com Figueiredo (1984:182-186) o Brasil devia ser povoado, pois povoar o país seria conquistá-lo, justificando que havia muita riqueza abandonada, não

explorada, pois não havia agente humano para encontrá-las, assim como a segurança nacional era afetada.

A política de colonização do interior do Brasil se sustentava pela narratividade de ocupação dos vazios demográficos que deveriam ser incorporados ao modelo da economia do capitalismo moderno. O Estado utilizou a colonização no Brasil como estratégia para o povoamento e a exploração econômica de “novas terras”, com a finalidade de ocupar espaços que tinham pouca densidade populacional no interior do país. Desconsiderava-se, porém, nos programas de colonização, que nesses espaços vazios morava uma população indígena, como também “garimpeiros, posseiros, além de povos e comunidades tradicionais representados por extrativistas, pescadores, quilombolas e ribeirinhos.” (MENDES, 2012:201).

Inicia-se a política de interiorização da Brasil colônia pelos bandeirantes que começam o processo identitário do ser brasileiro, um momento de descobertas das terras desconhecidas pelos colonizadores. Os bandeirantes/colonizadores adentraram o interior central da América do Sul em busca de metais preciosos e nativos/índios que permitissem aos colonizadores portugueses interligar a Colônia para fortalecer a economia.

Mato Grosso, com isso, é reforçado nas políticas governamentais como responsável pelo desenvolvimento do país, principalmente após a divisão do Estado, quando se apresenta como possuidor de um enorme potencial produtivo, como pode ser evidenciado no excerto publicado pela Revista Agroeste, (1982.p.37)

[...] O Estado de Mato Grosso, a nível nacional, aparece com destaque em termos de potencial agropecuário, para a produção de alimentos e matérias primas, quer pela diversificação dos seus recursos materiais, quer pela qualidade dos seus solos, [...]. Estes indicadores vêm nos mostrar a capacidade de a curto prazo o Estado de Mato Grosso responder às necessidades de aumento a oferta de alimentos, de excedentes exportáveis, [...].

Havia uma preocupação por parte do governo federal com os espaços vazios do território nacional, e a contrastante densidade populacional do país tomou maior importância durante a II Guerra Mundial, passando a fazer parte de projetos governamentais. Era preciso desenvolver programas de colonização voltados a conquista de uma independência econômica e política através do nacionalismo.

O presidente da República, Getúlio Vargas então, afirma que um dos caminhos para o progresso nacional estaria na ocupação e integração das várias regiões do interior do país, bem como a exploração de suas riquezas, integração não apenas territorial, mas

racial, moral, cultural e política e então inicia um programa de colonização de terras no Centro-Oeste brasileiro, chamado de Marcha para Oeste.

A Colonização é o povoamento com planejamento, seja ele público ou privado; uma das formas mais frequentes de direcionar os movimentos populacionais para regiões de fronteiras. Segundo Mendes (2012:201), a colonização sempre foi utilizada como estratégia governamental para o povoamento e exploração econômica de novas terras, sob responsabilidade oficial ou privada, que busca encaminhar levas humanas para ocupar espaços com pouca densidade populacional no interior do país”. Enquanto processo, para um povoamento dirigido a colonização, é resultado de decisão governamental definida em planejamento.

A valorização da terra como mercadoria motiva esses pequenos produtores a venderem suas terras valorizadas, e comprarem, posteriormente, terras mais baratas, porém mais distantes, devido o avanço da fronteira agrícola.

Nesse sentido,

[...] a colonização se apresenta como alternativa possível de acesso à terra, tanto aos pequenos trabalhadores rurais expropriados, aos quais o acesso é viabilizado por meio dos projetos oficiais, quanto aos médios produtores mais capitalizados, por meio de projetos particulares. Por sua vez, grandes grupos econômicos passam a atuar nas novas áreas como empresários, implantando projetos agropecuários ou de colonização em terras adquiridas a preços baixos, à espera de valorização ou que foram adquiridas aproveitando as facilidades proporcionadas pelas políticas governamentais. (MORENO e HIGA, 2005:53)

Atraídos pelas propagandas realizadas pelas colonizadoras e o incentivo governamental, inicia-se o processo de colonização dos municípios de Mato Grosso.

1.2- Marcha para o oeste: uma política de integração de terras.

A identidade política e cultural de Mato Grosso, está ligada ao acontecimento da política de governo de Getúlio Vargas, na década de 40, quando acontece a marcha intensificada de migrantes para o Centro-Oeste do Brasil. Período este que se inicia com a Proclamação da República e passa pelo movimento político chamado de “Marcha para o Oeste” e termina em 1964, com o início do Regime Militar. A identidade que se procurava construir era de um povo pronto para crescer e se modernizar, e então se torna necessário que o estado de Mato Grosso se integre ao restante do país na luta pelo

desenvolvimento, encurtando as distâncias tanto econômicas quanto geográficas entre os centros produtivos.

Na década de 70, com a política militar de “preenchimento” dos espaços vazios, Mato Grosso procurou se integrar ao restante do país, instituindo para si um passado de progresso, embora em desenvolvimento. Este movimento objetivava a implantação de uma política de desenvolvimento econômico e descentralização demográfica do litoral e região sudeste do Brasil, e priorizou o incentivo da imigração e exploração das riquezas do Centro-Oeste brasileiro.

O projeto governamental criado para incentivo a colonização foi denominado “marcha para o Oeste”. Para Oliveira (2007, p.27) esta foi uma ação governamental na tentativa de ocupar e explorar as áreas menos povoadas, distribuindo melhor a população brasileira que se concentrava principalmente no litoral do país. Dessa forma as terras até então “improdutivas” seriam mais bem aproveitadas, havendo uma maior distribuição da população e reduzindo a concentração em determinadas regiões.

Segundo a autora, a concretização dessa “marcha” se deu, conforme um relatório do Departamento de Agricultura intitulado “Concretização da ‘marcha para o Oeste’ com o aproveitamento da terra de Mato Grosso”, em 1939. Em 1940 foi organizada a “Expedição Roncador - Xingu” que contaria com homens como os irmãos Orlando e Cláudio Villas Boas e alguns outros, que a partir do contato com os povos indígenas teriam a entrada facilitada nas terras do sertão, com a missão de criar núcleos populacionais para servirem de apoio à penetração daqueles que se interessassem em ir para o Centro-Oeste.

De acordo com Oliveira (2013, p. 26), falar de marcha para o Oeste é tratar de vários momentos na história do Brasil, entre esses momentos está, por exemplo: o período em que as expedições chamadas Entradas, Bandeiras e Monções se dirigiam ao Oeste em busca de ouro, pedras preciosas, índios para trabalhar na agricultura e mesmo em busca da expansão do território, especialmente entre os séculos XVI a XVIII e podemos citar a entrada de Rondon, com sua comissão, para as regiões do Oeste, no período de 1892 a 1915, com o objetivo político de chefiar a construção de linhas telegráficas e “facilitar” a relação dos brancos com os índios.

Em 1943 foi criada a Fundação Brasil Central, instituição incorporada à Expedição Roncador-Xingu, cujos objetivos eram de empreender a marcha para o oeste do Brasil iniciando um processo de reconhecimento, bem como de povoamento da região,

“criando condições infraestruturais, a fim de que os migrantes adentrassem e se fixassem nesse território.” (SIQUEIRA, 2002:231).

Entre as décadas de 1940 e 1950, ainda incentivados pela política da Marcha para o Oeste e devido à existência de terras devolutas disponíveis, adotou-se uma política de colonização com a implantação de núcleos de povoamento e produção agrícola, com o intuito de controlar a venda de terras públicas e a concessão de títulos de propriedades e atrair empresas colonizadoras para Mato Grosso. Assim redefiniu-se a política de ocupação e colonização de Mato Grosso “visando a incorporação da fronteira agrícola da região à economia nacional” com a pretensão de absorver excedentes populacionais de outras regiões brasileiras como também ocupar terras através da colonização privada. (CASTRO et al, 1994:72).

Segundo Siqueira (2002, p.232), o primeiro Código de Terras de Mato Grosso¹ foi promulgado em 6 de dezembro de 1949, através da Lei n. 336, no entanto, esse código foi modificado em 1951, no governo de Fernando Corrêa da Costa, dando origem ao surgimento de empresas particulares de colonização e em 1953 criou-se a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia), que contribuiu para despertar maior interesse em terras mato-grossenses, objetivando a apropriação dos recursos naturais da chamada Amazônia legal. No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), com o incentivo a industrialização nacional em substituição às importações, e a abertura das rodovias, as vendas das terras se intensificaram atraindo migrantes em direção a Amazônia.

A política de colonização foi retomada no regime militar com objetivo estratégico de integrar a Amazônia e o Centro-Oeste a outras regiões do país baseadas na ideologia de segurança e desenvolvimento nacional.

A partir de 1964, no governo militar, é dada nova orientação com relação à ocupação das terras: “O Governo Federal, através de incentivos fiscais e crédito facilitado, privilegia a instalação de amplos latifúndios cujos proprietários são, na maioria das vezes, empresários do Centro-Sul.” Para garantir e proporcionar infraestrutura básica para se desenvolver, o poder público criou órgãos específicos para apoiar tais atividades, a saber: o Banco da Amazônia S/A (BASA), Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), (PIAIA, 2003:28).

¹ Dispõe sobre o código de Terras de Mato Grosso, Lei nº336, de 06/12/1949. Disponível em www.al.mt.gov.br. Acesso em 12 de abril de 2017.

A partir da década de 1970 ocorreram dois tipos de colonização em Mato Grosso: a colonização oficial ou dirigida e a particular, sendo que esta última predominou no território mato-grossense, opção está, feita pelos órgãos governamentais estatais, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e CODEMAT, incumbidos de promover e organizar a ocupação das terras devolutas estaduais. As empresas e cooperativas que adquirissem áreas para implantar projetos de colonização “recebiam do Estado a concessão para a venda dos lotes, ficando obrigadas a montar a infraestrutura básica para o assentamento dos colonos, sendo para isso favorecidas por fundos públicos” (MENDES, 2012:206).

Em 1972, através dos projetos de colonização privada e devido os incentivos e subsídios que passaram a ser concedidos pelo governo, como a venda de grandes extensões de terra, as colonizadoras e cooperativas começaram a se instalar no norte de Mato Grosso. Com o intuito de solucionar conflitos entre agricultores e a população indígena, o INCRA fez parceria com cooperativas privadas de colonização na instalação de projetos, os quais ficariam responsáveis pela colonização e ocupação dos migrantes que chegassem.

Para ser o responsável pela regulamentação de terras, o governo criou ainda o INTERMAT (Instituto de Terras de Mato Grosso) que, instituído pela Lei de n.º 3.681, de 28 de novembro de 1975, foi o responsável pelas primeiras autorizações de posse de terras devolutas.

A maioria desses projetos de colonização privada deram origem à criação dos municípios do estado de Mato Grosso.

Segundo Mendes, “os projetos de colonização e a descoberta do ouro no início da década de 1980 constituíram fatores para a atração de um fluxo migratório para o norte de Mato Grosso, responsável, em grande parte, pela urbanização recente ocorrida no estado, que transformou distritos em cidades. ” Ressalta ainda que “Essa é uma característica importante do processo de ocupação da fronteira agrícola, planejada a nível das esferas governamentais e pelas companhias colonizadoras para nascer urbanizada. ” De 34 municípios em 1970, em 2005 o número de unidades municipais foi para 141, sendo a maioria originários de projetos de colonização. (MENDES, 2012:211)

A política de colonização implantada a partir dos anos 50, se valeu da grande disponibilidade de terras devolutas existentes no norte do Mato Grosso. Até o início da década de 1970, o povoamento estava concentrado em Cuiabá e arredores, ou seja, no

chamado "Mato Grosso Velho". A partir da década de 1970, surgiram novos municípios, a maioria fruto da colonização privada.

O surgimento de novos municípios e os aumentos populacionais se deram às custas de uma grande transformação da paisagem rural e urbana. As mudanças regionais e a acelerada urbanização regional estiveram diretamente relacionadas às transformações políticas, econômicas e sociais no âmbito da incorporação das frentes pioneiras da região amazônica ao espaço e à economia nacional.

Desse modo, considerando que a marcha para o Oeste representa um movimento social e político, ela interessa a essa pesquisa enquanto “materialidade histórica presente no funcionamento da língua em que se enuncia e que representa momentos históricos de uma sociedade” (GUIMARÃES, 2002).

1.3– Origem e colonização dos Municípios.

A população de cada cidade, vila ou Município, forma, pela natureza das coisas, uma sociedade especial, uma existência particular e própria, uma unidade, uma agregação de indivíduos que faz, sim, parte do Estado, mas que tem seus direitos próprios, suas ideias comuns, suas necessidades análogas e seus interesses idênticos, que demandam regulamentos apropriados à sua índole e especialidades. São como que grandes famílias de membros ligados por tradições, hábitos, propriedades comuns, enfim, por todas as condições que formam uma sociedade íntima, natural e necessária. Não é, pois, uma associação criatura da lei, sim, uma consequência normal da vizinhança, do contato, da mútua dependência, dos gozos e privilégios comuns, do complexo de suas numerosas relações diárias. O poder municipal é consequentemente aquele cuja necessidade se faz primeiro sentir que nenhum outro, é a primeira ideia de ordem, de polícia, de autoridade que se manifesta. (...). Ao par disto são os municípios o primeiro foco e elemento do laço social, da agregação nacional e cuja vida muito influi na sorte da nacionalidade. (CRETELA; 1981.p.63-64)

Até a Independência, as nossas municipalidades regeram-se no Brasil pelas Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas. Posteriormente passaram a ser ordenadas pelas constituições iniciando-se pela Constituição Imperial de 1824, nas Constituições Republicanas de 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e na Emenda Constitucional de 1969, e, atualmente pela Constituição Federal promulgada em 1988.

Em quase todas as constituições (exceto na carta de 1937) os municípios foram definidos como organizações políticas autônomas. Contudo, somente a Constituição de 1988 atribuiu uma autonomia plena aos municípios, elevando-os de fato ao status de ente federativo, com prerrogativas invioláveis por qualquer nível mais abrangente de governo.

Conforme Birkholz (1979), a palavra município provém de duas palavras latinas: *munia* – prerrogativas e *capere* – conservar. Portanto, o município como unidade administrativa local significa conservar as suas prerrogativas.

O termo Município ficou oficializado a partir da Lei de 28 de outubro de 1828, chamado Regimento das Cammaras Municipaes (Lei Orgânica dos Municípios) onde aparece, pela primeira vez, constitucionalmente, a palavra Município no Brasil. Até então a referência era a cidades, villas e parochias. (TAVARES, 1998. In: CATAIA, 2001).

O Município português foi transplantado para o Brasil com a mesma organização e atribuições políticas, administrativas e judiciais que desempenhava no Reino. Entretanto, ao transportar-se para o Brasil, sofreu algumas alterações, o território governado pelo Conselho passou a chamar Município. O município é entendido como sinônimo de governo local, comumente denominado, em português, de vila, freguesia, conselho, comuna, ou, em inglês, de township, county, ou qualquer outra atribuição que venha designar o conjunto de instituições com funções governamentais no âmbito local.

Edmundo Zenha (1948:25), afirma que no Brasil o município surgiu unicamente por disposição da Coroa portuguesa, que enviava nos seus navios para o território americano a população da vila, os animais domésticos, as mudas de espécies cultiváveis e a organização municipal encadernada no livro I das Ordenações, sendo que “...as humildes vilas brasileiras, lamparinas da civilização que o português custosamente ascendia pela costa imensa, tiveram seu nascedouro subordinado a um programa elaborado em Lisboa”

De acordo com Reis Filho (2000), a Coroa portuguesa correndo o risco de perder as terras brasileiras para espanhóis, franceses e holandeses, a partir de 1532, iniciou a ocupação regular do território do Brasil, com o sistema das capitânicas hereditárias. Era uma tentativa de promover a colonização por meio de capitais privados, sem envolvimento da Coroa, de tal forma que “o sistema era ao mesmo tempo feudal e mercantil, pois delegava poderes da Coroa aos donatários, mas os objetivos eram de caráter comercial”. Aos donatários cabia a criação de vilas, que lhes pagassem tributos e a concessão de terras para atividades rurais. Todas as atividades administrativas e de defesa deviam ser exercidas pelos representantes dos donatários, pelas câmaras das vilas e pelos senhores de terras.

Para Cunha (2010, p. 54): O governo federal se responsabilizou por criar incentivos fiscais e financeiros, bem como realizar investimentos em infraestrutura para a promoção da colonização. Não se tratou somente de possibilitar legalmente a

colonização, tratou-se, sim de mobilizar a capitalização da Amazônia através de subvenções financeiras do poder público para viabilizar e amparar a iniciativa privada.

Mato Grosso passa por intenso crescimento com o estímulo das políticas públicas adotadas no regime militar na década de 1970, que tinham como foco a ocupação de terras consideradas pouco ocupadas, realizada por meio da colonização agrária, com a ideologia de segurança nacional, ao mesmo tempo em que objetivavam atender as demandas por terras, tanto as originárias de populações do Nordeste e do Sul do país, como modo de desmobilizar conflitos que se acirravam no campo.

A ideologia desenvolvimentista e a ideia de “Marcha para o Oeste” são fundidas no Programa de Integração Nacional, que toma como um dos seus principais objetivos a colonização agrária no arco que envolve a Amazônia. Para isso foram abertas rodovias, concedidos incentivos fiscais, e pesquisas foram estimuladas como meio de superar obstáculos colocados pelo clima e pelo solo pobre e ácido do cerrado. Esses processos de colonização seguiram duas linhas distintas. A primeira tem como marca a intervenção direta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que parcelava e distribuía lotes rurais a migrantes, principalmente do Nordeste. A segunda linha de colonização, embora também decorrente de estímulo do poder público, teve como principal ator a iniciativa privada. (COY ,1988 p. 27-36)

Com o incentivo do governo para executar projetos de colonização privada, alinhando segurança, território e população, subordinando-as às suas políticas e se fortalecendo através da mobilização da iniciativa privada inicia-se o processo de desbravamento de cidades através das empresas colonizadoras que recebem o apoio do Estado por meio de órgãos burocráticos para atuar na produção, comercialização e circulação de produtos no mercado nacional.

As empresas colonizadoras emergiram numa relação de intermediárias do Estado com a agricultura. Isto se configurou em meio a muitas contradições impostas pelo modelo de modernização agrícola vigente no País.

Em 1970 começa a surgir as colonizadoras, incentivadas pelos órgãos governamentais, com o objetivo de promover e organizar a ocupação das terras. O Estado por meio da Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT) e as empresas particulares começaram a atuar nessas áreas demarcando terras e realizando levantamento topográfico com o intuito de atrair investimentos para a região, assim como a construção da malha viária, por meio de convênios firmados com a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e a CODEMAT.

A região noroeste mato-grossense passou a ser vista como polo privilegiado para alocação de projetos do Governo Federal, que buscava o desenvolvimento e integração dessas regiões. Seu processo de formação foi baseado no agronegócio, configurada como espaço de pessoas bem-sucedidas, como espaço da riqueza, implica em uma cidade marcadamente segregada, com divisões sócio-espaciais agressivas, e concentração de infraestrutura e serviços públicos, e valorização fundiária em áreas centrais do sítio urbano, podendo existir áreas marcadamente segregadas por barreiras físicas visíveis.

A partir deste processo de formação ocorrido em município de Mato Grosso vamos, com este estudo, analisar a relação semântica dos nomes dos municípios de Juara, Juína e Juruena. Segundo Karim (2016) a relação de uma expressão ou nome com as coisas do mundo, a qual ela refere, não é simplesmente um processo que objetiva etiquetar para classificar algo no mundo como aparentemente se apresenta de forma única e acabada. Ao contrário dessa aparente/perfeição, a relação entre palavras com algo no mundo se constrói enunciativamente, no acontecimento do dizer, é a partir do acontecimento de nomeação que algo passa a significar.

Ao nomear os municípios de Juara, Juína e Juruena, a partir dos procedimentos teórico-metodológicos da semântica do Acontecimento é possível um deslocamento funcional que leva uma expressão a significar um nome, e ao se constituir em nome, constrói o lugar da identidade de um povo.

Ao serem nomeados sobre a ordem do Governador de uma localidade ‘sem nome’ significa, na enunciação do colonizador, a legitimação da posse, a transposição do rural para o urbano e a instalação de um nome na história luso-brasileira. A nomeação, segundo Guimarães (2005b, p.9), “é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”. Nomear, dar nome a alguém, se dá no acontecimento de linguagem, pelo funcionamento da língua, por entendermos que a língua funciona afetada pelo interdiscurso, pela exterioridade a que está exposta.

A nomeação dos municípios que trataremos aqui, se dá no acontecimento do dizer em relação com os sujeitos falantes, ou melhor, em relação com a linguagem, com a exterioridade e com o sujeito, por compreender que “o dizer constitui-se como acontecimento na relação entre uma demanda do presente desse acontecimento e memoráveis de outros enunciados”.

Sob o viés da Semântica do Acontecimento, iremos iniciar nossas análises levando em consideração o funcionamento enunciativo dos nomes que deram existência a estes municípios a partir da determinação do governo do Estado de Mato Grosso. Um nome ao

significar acaba por construir uma identidade a partir das relações sócio-históricas pelas quais se constitui enquanto nome no acontecimento.

Para Guimarães (1991, p. 53), “a Cidade é um espaço cada vez mais habitado por palavras”. Nessa linha de pensamento, verificar como a linguagem se espacializa, e ainda mais especificamente, funciona neste lugar de dizer é uma das pretensões deste artigo, que intenta compreender o sentido e o funcionamento designativo de nomes de municípios.

Os municípios são olhados a partir do que eles têm de essencialmente político em sua constituição e na distribuição dos espaços, nos sentidos que suas diferentes designações mobilizam.

De acordo com Guimarães (2002) o ato de nomeação por meio de leis que legitimam e institucionalizam essas enunciações, tem apontado para o funcionamento dos nomes num acontecimento afetado pelo lugar do sujeito jurídico-administrativo, como posição do interdiscurso que afeta a língua nesse acontecimento. Do ponto de vista do idioma, não se pode enunciar, no caso brasileiro, não se valendo da língua oficial do Estado, no caso, o português, já que as cenas enunciativas da nomeação das ruas se dão no espaço enunciativo da língua nacional (GUIMARÃES, 2005).

Com base nesta teoria buscaremos ver como se deu processo de nomeação de Juara, Juína e Juruena.

CAPITULO II

2 – DISCUSSÕES TEÓRICAS

Nesse capítulo iremos descrever o lugar teórico ao qual nos inscrevemos e como nos embasamos para desenvolver este estudo, destacando os principais conceitos que constituem a Semântica do Acontecimento, pensada por Eduardo Guimarães (2002), diante de sua importância e representatividade na contribuição teórica para os estudos enunciativos e de significação.

2.1 Semântica do Acontecimento

Ao refletir sobre os estudos enunciativos a partir de pesquisas desenvolvidas pelos linguistas franceses Émile Benveniste (2005, 2006), e Oswald Ducrot (1989), o semanticista Eduardo Guimarães, desenvolve seus estudos na Semântica do Acontecimento (2002), considerando uma semântica que pensa a análise da linguagem no acontecimento do dizer, mostrando que a enunciação tem uma determinação social e histórica.

Émile Benveniste é considerado um dos precursores dos estudos da enunciação. O autor apresenta uma reflexão sobre as marcas do sujeito na língua e inclui a subjetividade, que é entendida como “a capacidade do locutor para se propor como sujeito”, um sujeito falante, linguisticamente demarcado por um espaço enunciativo, onde a linguagem compreende o lugar em que o indivíduo se constrói como sujeito da linguagem e não como sujeito empírico, “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, 2006, p.288).

A enunciação para o autor é sempre única e irrepetível, coloca o sujeito no centro do seu dizer, o cerne de sua teoria da enunciação, dessa forma postula que o locutor se apropria das formas da língua, definindo-se como eu, ao mesmo tempo, instituindo seu interlocutor como tu; a enunciação é “o colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82).

A crítica de Guimarães (2002), à teoria benvenistiana se centra no tratamento dado ao sujeito da enunciação, ou seja, à centralidade do sujeito, como aquele que “simplesmente e onipotentemente se apropria da língua”. Para ele a enunciação é um acontecimento que se constitui pela relação do sujeito com a língua”, segundo o autor,

“essa relação de apropriação não está exposta a nenhuma ambiguidade, a nenhum equívoco, pois a relação do signo é uma relação de necessidade” (Idem, 2010, p.47-48).

Falar sobre a teoria da Semântica do Acontecimento de Guimarães é também reportar a conceitos já estabilizados, que constituem os estudos da linguagem, é possuir olhares diferentes para o mesmo objeto de análise, é constituir outros percursos, olhares precisos que percebem detalhes não vistos, e isso estabelece uma relação fundamental sobre o que está posto, pois não é uma questão de negar o percurso, mas de se colocar junto, embora diferentemente.

Para o autor os acontecimentos são específicos e para sua constituição considera, além do sujeito e da língua, o real da história. Cada acontecimento constitui sua temporalidade própria, a temporalidade para o autor não é tomada como tempo cronológico.

Conforme Karim (2012, p. 72), a história é tratada por Guimarães de modo diferente ao de Ducrot. “A história é determinante da significação, não se trata de uma história cronológica, mas sim de uma condição que na sua própria materialidade social historiciza”. A história é determinante no acontecimento enunciativo por trazer a ele um passado de sentidos, ou seja, a rememoração de enunciados que ressignificam na temporalidade específica do acontecimento.

A teoria do semanticista Eduardo Guimarães, se distingue das demais teorias linguísticas por apresentar conceitos como enunciado e enunciação, numa noção precisa do que seja o histórico na língua. Para Guimarães (2002, p.7), a enunciação enquanto um acontecimento de linguagem se dá pelo funcionamento da língua e deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer”. O acontecimento instaura uma temporalidade que não é cronológica, mas própria do acontecimento, se constitui a partir de um passado e seus sentidos constituem o presente, projetando uma futuridade.

São quatro os elementos que caracterizam o acontecimento de enunciação. Os dois primeiros são a língua e o sujeito que se constitui pelo funcionamento da língua na qual se enuncia algo. O terceiro elemento é a temporalidade do acontecimento. O quarto elemento é o real a que o dizer se expõe ao falar dele [...] Trata-se de uma materialidade histórica do real. (GUIMARÃES, 2007b, p. 204).

Guimarães (2005, p.85) concebe a Semântica como “uma disciplina que trata a significação ao mesmo tempo histórica, linguística e relativa ao sujeito que enuncia”. Define a enunciação “como um acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua”. Para o autor, “a enunciação enquanto acontecimento de linguagem se faz pelo

funcionamento da língua na qual enuncia algo” (Idem). O que se enuncia é necessariamente construído na linguagem, e cada enunciação é ímpar, singular no processo histórico de significação, uma vez que, “enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico” (Ibidem, p.11). A enunciação como um acontecimento se dá na relação do sujeito com a língua e instala sua própria ordem, sua própria temporalidade. Nesta temporalidade o sujeito não é a origem do tempo, o sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento.

Segundo a definição de Guimarães (2005, p. 59-60)

[...] algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem. E o que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato no tempo. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes no tempo. E o que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ou seja, ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. Ele instala uma temporalidade: essa a sua diferença.

Com relação à temporalidade, o autor destaca que o Locutor traz sempre uma disparidade temporal, considerando o tempo do acontecimento e a representação da temporalidade pelo Locutor, o que nos leva a destacar que a temporalidade em Guimarães (2005),

por um lado, ela se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual não há o acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. O acontecimento tem como seu um depois incontornável, e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro, (GUIMARÃES, 2005, p12).

Para Guimarães (2002) o acontecimento é espaço de temporalização. O passado no acontecimento é uma rememoração de enunciação por ele recortada, fragmentos do passado por ele representados como o seu passado e dessa forma defini que enunciação “não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido no tempo”, assim, é o acontecimento que temporaliza, “o acontecimento que instala sua própria temporalidade”.

Cada acontecimento projeta uma latência de futuro, o interpretável. Verificamos que o acontecimento não está num presente de um antes, nem contendo sentidos de um passado e muito menos em um depois no tempo, o que propicia esta temporalidade é uma condição particular que reserva ao acontecimento a diferença necessária para chegar aos sentidos que o enunciado produz em sua atualização (GUIMARÃES, 2002.p.12).

2.2 O político e o espaço de enunciação

O político é para mim não o dizer normatizado da administração, nem simplesmente a afirmação do pertencimento [...]. É a contradição que instala este conflito no centro do dizer. [...] O político é a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todo. (GUIMARÃES, 2002, p. 17).

Para Guimarães, o político é caracterizado pela “contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos.” (Idem, p.16). Dessa forma, a disputa é desigual, nota-se que, os lugares de dizer são distribuídos de maneira hierarquizada e desigual também para os falantes na enunciação. Nessa direção, a concepção de político e sua compreensão possibilita observar como se dá a configuração do político na linguagem, no espaço de enunciação e como afeta o acontecimento de enunciação.

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer, que são espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide a sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político [...] (GUIMARÃES, 2002, p. 18-19)

Compreendemos que os espaços de enunciação são espaços regulados e de disputas pela palavra e pelas línguas, dividido e redividido desigualmente onde o falante é uma categoria linguística, que se apresenta no espaço de enunciação, e ao ser afetado por uma divisão desigual. Dessa maneira, o espaço de enunciação é habitado por falantes divididos pelo direito do dizer e aos modos de dizer. Nesse sentido, em Guimarães (2002), o espaço de enunciação é político, o acontecimento enunciativo se dá neste espaço, que se faz espaço de disputa entre línguas e falantes e disputa de sentidos.

O político, em Guimarães (2008, p.8), está abordado numa instância que compreende as reflexões contidas nos estudos enunciativos e afirma que “enunciar é uma prática política em um sentido muito preciso”. Conforme o teórico “O espaço de enunciação é decisivo para se tomar a enunciação como uma prática política e não individual ou subjetiva, nem como uma distribuição estratificada de características” (Idem, p. 23).

No espaço enunciativo, segundo o autor, tanto aquele que fala quanto aquele para quem se fala não constituem pessoas, mas representações dos lugares que ocupam, de modo que não são donos de seu dizer, uma vez que é o lugar de inscrição do sujeito a fonte de seu dizer, que ao assumir a palavra significa colocar-se no lugar que enuncia.

Compreendemos que a cena enunciativa constitui os lugares de dizer como um lugar de jogos enunciativos que determinam os enunciadores, denominando-os de: enunciator-individual, como a representação de um lugar, como aquele que está acima de todos, que retira o dizer de sua circunstancialidade e ao fazer isso representa a linguagem como independente da história. O enunciator-genérico, dito do lugar de um acordo sobre o sentido de repetir o dito popular, ou seja, o que se diz é dito como aquilo que todos dizem e o enunciator-universal, um lugar que significa o Locutor como submetido ao regime do verdadeiro e do falso. Afinal, Guimarães (2005, p. 23) considera que os lugares enunciativos são configurações específicas do agenciamento enunciativo para “aquele que fala e aquele para quem se fala”.

Nessa direção, assumir a palavra é pôr-se no lugar que enuncia. O lugar do Locutor (com L maiúsculo) é lugar que se representa no próprio dizer como origem desse dizer, ou seja, como fonte do dizer. Em Guimarães “para o Locutor se apresentar como origem do que enuncia, é preciso que ele não seja ele próprio, mas um lugar social de locutor”. O Locutor só poderá falar enquanto predicado por um lugar social do dizer, o Locutor sempre vai dizer do lugar social do locutor-jornalista, locutor-professor, locutor-semanticista, etc. O lugar social de locutor é denominado de locutor-x, em que “o locutor (com minúscula) sempre vem predicado por um lugar social que a variável x representa” (Idem, p.24), como o locutor-pioneiro, locutor-governador, locutor-pai. Para Guimarães, a cena enunciativa, se dá pelo agenciamento das figuras enunciativas configuradas no espaço político, compreendendo o Locutor, o locutor-x, o alocutário, o alocutário-x e o enunciator. O autor classifica os enunciadores em:

Enunciador-individual, quando a enunciação representa o Locutor como independente da história; enunciator-genérico, quando a enunciação representa o Locutor como difuso num todo em que o indivíduo fala como e com outros indivíduos; enunciator-universal, quando a enunciação representa o Locutor como fora da história e submetido ao regime do verdadeiro e do falso (Idem, p.26).

Essas categorias se dão pelo fato de que o Locutor é predicado por instâncias sociais especificadas por lugares de dizer.

Em relação aos enunciadores, quando se tem uma enunciação que se dá como independente da história, que representa uma individualidade a partir da qual pode-se falar, o lugar de dizer do enunciador-individual representa a linguagem fora do que é circunstancial, independente da história. Quanto ao enunciador-genérico, o dizer que se diz é aquele dito como aquilo que todos dizem, também é um dizer que se coloca independente da história, os ditados populares apresentam como um dizer que apaga o lugar social.

O enunciador-universal representa um lugar de enunciação como sendo o lugar do qual se diz sobre o mundo, é um lugar que significa um dizer fora da história, submetido ao regime do falso e do verdadeiro, como o dizer científico. Na cena enunciativa estes enunciadores se apresentam sempre como a representação da inexistência dos lugares sociais do locutor. (GUIMARÃES, 2002, p.26).

Conforme Guimarães (2005, p. 38), o enunciador-coletivo designa “ um lugar de dizer que se caracteriza por ser a voz de todos como uma única voz”. Nessa perspectiva, para o pesquisador, os enunciadores não são pessoas, mas lugares enunciativos produzidos pela língua em funcionamento, constituindo o agenciamento enunciativo.

2.3 A Semântica do Acontecimento e o nome próprio atribuído a um Município.

O nome próprio produz efeito de algo como único, que especifica um representante em especial do conjunto a que pertence e que considera o processo de nomeação como uma relação direta da língua com o mundo. Pensar o processo de nomeação a partir dos estudos enunciativos é possibilitar uma discussão que nos permite extrapolar a relação superficial língua – mundo, uma relação estanque na própria noção que se atribui a referência.

Para nós semanticistas nomear é um acontecimento de linguagem que, segundo Guimarães (2002, p.9) é o “funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”. O ato de nomear se dá de uma forma entre tantas outras possibilidades de uma língua. Esse modo e não outro de nomear é marcado pela distinção que significa no próprio ato e no nome que nomeia. Dar nome é dar identidade a algo, portanto, é constituir a própria existência histórica daquilo que se nomeou, é fazer algo existir pelo simbólico.

O nome próprio dos municípios, que trataremos aqui, se dá no acontecimento do dizer em relação com os sujeitos falantes, ou melhor, em relação com a linguagem, com a exterioridade e com o sujeito, por compreender que “o dizer constitui-se como

acontecimento na relação entre uma demanda do presente desse acontecimento e memoráveis de outros enunciados” (DIAS, 2013)

Nessa perspectiva, o nome próprio se constitui linguístico-historicamente, identificando e/ou classificando social e juridicamente pessoas, povoados e objetos, pois o acontecimento de nomear se dá pelo cruzamento de diferentes lugares enunciativos que levam à nomeação dos municípios.

A designação de um nome é a sua significação enquanto uma relação deste nome com outros e com o mundo recortado historicamente pelo nome, é o modo pelo qual o real é significado na linguagem, que é produzida no acontecimento pelo processo enunciativo. É importante destacar o fato de que sob o efeito da estabilidade, a designação de um nome se apresenta como se fosse una e estável, mas o que um nome designa é uma construção de sentido, produzido na relação entre elementos linguísticos no acontecimento enunciativo.

Podemos compreender, a partir de Guimarães (2002, p. 09) que “a nomeação é o funcionamento pelo qual algo recebe um nome, enquanto que a designação é o que poderia chamar de significação de um nome”. Para o autor, nomear algo no mundo é dar existência histórica aquilo que foi nomeado considerando sua instabilidade semântica, construtiva de sua própria existência enquanto nome, ou seja, no acontecimento da nomeação, o funcionamento do nome faz significar o que foi referido, mas não simplesmente enquanto algo no mundo (um referente), o funcionamento do nome enuncia as histórias constitutivas do próprio nome que o individualiza por uma temporalidade própria do acontecimento em que enuncia o nome.

Sobre a referência, Guimarães (2005) diz que ela resulta do sentido do nome constituído por seu funcionamento no acontecimento enunciativo, pois quando um nome próprio funciona, ele recorta um memorável que, enquanto passado próprio da temporalidade do acontecimento, relaciona um nome a uma pessoa. Não é um sujeito que nomeia ou refere, nem a expressão, mas o acontecimento, porque ele constitui seu próprio passado.

Neste trabalho nossas análises enunciativas se darão considerando a transversalidade da interpretação textual nas narrativas que constroem as histórias que semantizam o nome dos municípios por uma determinação sócio-histórica do acontecimento que estabelece uma temporalidade própria, constitutiva da identidade que a historiciza, pois não há como falar da história de um nome sem que se fale da História em que o nome se dá como nome, Guimarães (1992, p.16).

CAPÍTULO III

3 - MUNICÍPIOS: UMA HISTÓRIA, UMA IDENTIDADE

Uma história, no sentido ordinário, é uma série de acontecimentos que ocorrem a sujeitos geralmente designados por nomes próprios (RANCIÈRE, 1994).

Os municípios surgem como decorrentes da necessidade de resolução de problemas postos pela vida em comunidade, constituindo-se em entidade de cunho superior, que vem intermediar e estabelecer regras para solução de conflitos, em um meio social nascente, deliberando sobre questões relativas ao interesse comum, dada a necessidade imperiosa de responder às demandas da vida em coletividade.

A terceira parte deste trabalho, compreende a análise dos nomes dos municípios que tomamos como objeto deste estudo. Observaremos o movimento semântico construído no funcionamento enunciativo dos nomes, considerando esse funcionamento um modo determinante das relações sócio-históricas que constrói sentidos que significam os lugares enquanto municípios.

O lugar dos estudos semânticos tomado da posição enunciativa nos possibilita desenvolver uma análise semântico-enunciativa que permite falar da história dos municípios e da história em que se dão as nomeações desses lugares.

Neste estudo nos propomos observar como o processo de nomeação recorta um memorável constitutivo da enunciação que nomeia o lugar. Para tanto tomamos o viés da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002), uma semântica que considera as determinações sócio históricas como constitutivas do acontecimento em que os nomes se dão enquanto nomes. Vamos analisar o acontecimento particular de nomeação e, a partir desse acontecimento, observar o movimento semântico que se constrói no funcionamento do nome.

Tomaremos como objeto deste estudo os nomes que nomearam e nomeiam os municípios de Juara, Juína e Juruena. As análises se darão pela ordem de emancipação política e administrativa dos municípios. Quanto aos aspectos teórico-metodológicos vamos considerar três, a saber: a) o funcionamento morfossintático dos nomes, considerando o processo de formação nominal desenvolvido por Dias (2013,2014,2015); b) o funcionamento semântico-enunciativo, pensando a nomeação em relação ao espaço

de enunciação e às questões políticas, sociais e históricas que determinam essas nomeações; c) o procedimento de reescrituração e articulação

Com este aparato teórico metodológico buscaremos definir uma descrição que se sustente considerando os sentidos construídos no acontecimento de nomeação dos municípios.

3.1 A Estrutura Morfossintática e Formação Nominal dos nomes dos Municípios.

A análise morfossintática verifica a construção do fato linguístico, ou seja, a formação do nome, em particular, neste estudo, os nomes dos municípios de Juara, Juína e Juruena. Segundo Guimarães (2005, p.34), o funcionamento morfossintático do nome se dá como relações de determinação que especificam algo sobre o que se nomeia. E estas relações são restrições que determinam o modo de nomear algo. Nessa perspectiva, o nome é uma construção em que as relações morfológicas e sintáticas o constituem pela/na linguagem.

Interessa-nos saber o que as diferentes constituições da estrutura morfossintática estão significando e por que há estruturas que funcionam diferentemente diante de determinados nomes.

Se pensarmos as nomeações dos municípios emancipados a partir dos anos 70 do século XX, observaremos que as enunciações que nomeiam esses municípios se dão no espaço de enunciação da Língua Oficial do Brasil, a Língua Portuguesa, e o acontecimento do dizer nomeia os municípios através de leis estaduais, decretos, atas ou seja, há um agenciamento enunciativo político/jurídico, que regula e normatiza a criação e a nomeação desses municípios. Por se tratar de nomes próprios trazemos aqui a abordagem de Cruz e Karim, segundo os autores:

Os nomes próprios são apresentados como aqueles que possuem força ilocucionária, que produz efeito de particularizar algo como único, que especifica um representante em especial do conjunto a que pertence, uma relação direta da língua com o mundo. Assim se particularizo como nome próprio uma geografia do universo do conjunto dos municípios, o nome, em certa medida, está realizando, por um procedimento do funcionamento de linguagem, o deslocamento dessa geografia do conjunto a que pertence para individualizá-la, fazê-la significar como única, ou melhor dizendo, a nomeação ao ser enunciada produz efeito que passa a significar essa geografia um espaço singular, único no mundo. (CRUZ & KARIM, 2016, p.133)

A seguir, apresentaremos as análises morfossintáticas dos nomes dos municípios de Juara, Juína e Juruena.

3.1.1 - Juara - MT – Processo de colonização e nomeação.

Juara é um município do estado de Mato Grosso, localizado a 730 km da Capital Cuiabá. Sua colonização iniciou-se na década de 70 por pessoas vindas de outros Estados, especialmente do Paraná. O município foi oficialmente criado pela Lei Estadual nº 4.349, de 23 de setembro de 1981.

O movimento de colonização de terras na região Centro-Oeste de Mato Grosso ficou conhecido como Marcha para Oeste, programa lançado pelo então presidente da República Getúlio Vargas em meados da década de 1940. Para ele um dos caminhos para o progresso nacional estaria na ocupação e integração de várias regiões do interior do país, bem como a exploração de suas riquezas, integração não apenas territorial, mas racial, moral, cultural e política.

As políticas de colonização das regiões interioranas do Brasil foram fundamentadas na crença de ocupação dos vazios demográficos, seria uma estratégia governamental para o povoamento e a exploração econômica de “novas terras”, com a finalidade de ocupar espaços que tinham pouca ou quase nenhuma densidade populacional no interior do país. Não se levava em consideração que esses espaços “vazios” eram terras indígenas, os habitantes nativos, depois essas regiões foram ocupadas por garimpeiros, posseiros, pescadores, quilombolas e ribeirinhos.

Segundo a historiadora Siqueira (2002), a Marcha para o Oeste foi o primeiro movimento promovido pelo governo federal objetivando a ocupação e a colonização de terras mato-grossenses, com objetivos econômicos e políticos. Além desse movimento, novas políticas de colonização de terras do interior do Estado de Mato Grosso foram se desenvolvendo com o objetivo de colonizar regiões como a do município que analisamos agora.

A ocupação do território mato-grossense, com o surgimento de municípios como Juara, só foi possível porque o regime militar (1964 até 1984) empreendeu todos os esforços públicos/privados para povoar a fronteira agrícola brasileira e impedir o crescimento das lutas sociais no campo.

O território do município foi ocupado pelos colonizadores por ocasião da navegação Paranista ou Carreira do Pará, que se iniciou no começo do século XIX. Os primeiros colonizadores chegaram ao território do atual município de Juara, povos indígenas Kayabí dominavam toda a região, que era muito disputada por povos de outras nações indígenas.

De acordo com Ferreira (2001),

os atrativos da localidade para os índios era a farta matéria prima como a taquara e pedra sílex, para fabricação de suas ferramentas para os trabalhos na agricultura, nos afazeres domésticos, a caça e para fins bélicos: flechas, lanças e machados. (FERREIRA, 2001, p.108)

Juara teve sua colonização iniciada na década de 1970. Os indícios dos tempos modernos na região de Juara tiveram como referência a cidade de Porto dos Gaúchos. Em 1971, foi constituída a firma Sociedade Imobiliária da Bacia Amazônica – SIBAL – a colonizadora adquiriu uma área de 35 900 hectares de terras, cuidadosamente selecionada para fins colonizatórios.

De acordo com as informações publicadas no site da prefeitura do município, a responsabilidade da administração para a construção da infraestrutura do município de Juara ficou a cargo de José Pedro Dias (Zé Paraná), nome que se confunde com a própria história de Juara. Zé Paraná e mais um grupo de pessoas partiu das margens do Ribeirão Caracol, chegando ao córrego Água Boa, ponto inicial da colonização.

Segundo Ferreira (2008), no livro Cidades de Mato Grosso,

Em maio de 1972, começaram a chegar as primeiras famílias a Gleba Taquaral: de Manoel Ribeiro dos Santos, Noel Paulino, Ernesto Cecílio dos santos e outros. Em 1973, chegaram as famílias de Augusto santos, Gualdensiano, Pedro Damião, Joaquim Xavier, José Xavier, Orênio. A 8 de julho de 1973, foi colocado o primeiro marco da sede. Nessa época já tinham chegado à região cerca de 38 famílias, plantando arroz, milho e feijão. Em 1973, Padre Gunter Koemer celebrou a primeira missa em Taquaral, no meio da selva, onde a luz provinha de velas acesas em cima de árvores.

A primeira serraria da região foi montada pela colonizadora SIBAL que em 1973 serrava madeira para a construção das primeiras casas. Em seguida montou-se o primeiro armazém atacadista da região, foi construída a primeira igreja, a primeira escola e posteriormente o aeroporto.

A partir da divulgação da grande plantação de café, dá-se o sucesso da Gleba Taquaral, atraindo muita gente, normalmente agricultores e suas famílias que compraram lotes na zona rural do Rio dos Peixes, denominada Itapaiúnas, beneficiada por projeto fundiário financiado pelo banco do Brasil.

Ocorria então um crescimento explosivo. O fluxo migratório foi intenso, passando então *Taquaral* a chamar-se *Juara*. No ano de 1975, adquiriu-se uma área de terras próxima ao Rio dos Peixes, denominada Itapaiúnas, beneficiada por projeto fundiário financiado pelo Banco do Brasil (FERREIRA, 2008).

O distrito de Juara foi criado em 4 de junho de 1976, através da Lei Estadual nº. 3.735, conforme Figura 1, com território jurisdicionado ao município de Porto dos Gaúchos.

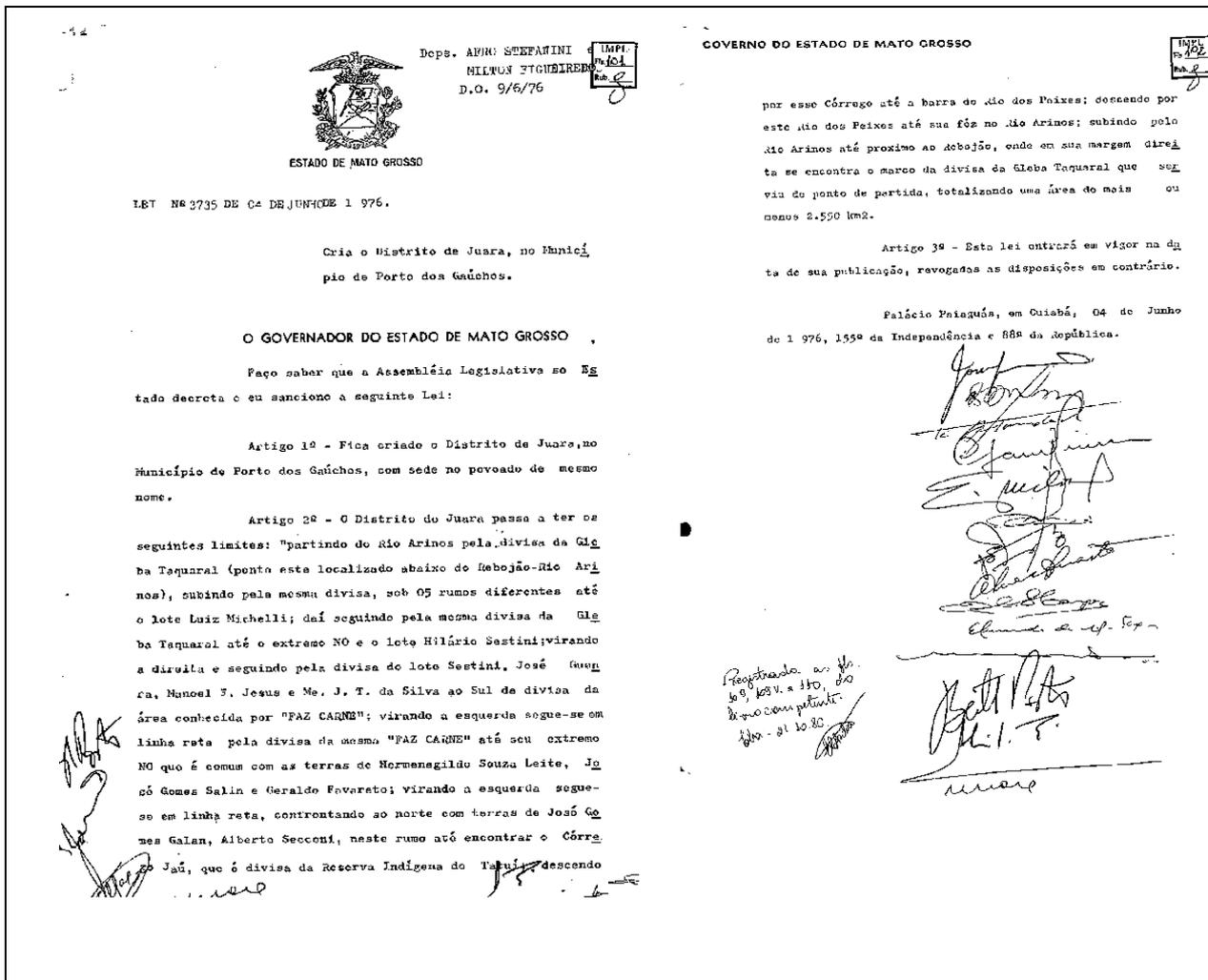


Figura 1- Lei Estadual nº. 3.735, criação do distrito de Juara

Os colonizadores avançam cada vez mais em direção ao interior destas terras, com o objetivo de expandir o território e fortalecer sua economia. Assim, no dia 23 de setembro de 1981, criou-se o município de Juara.

A revista comemorativa dos 30 anos de Juara, edição especial – dezembro de 2011, traz a história de nomeação do município de Juara, onde relata que “O primeiro nome da localidade foi Gleba Taquaral, dada pela SIBAL – Sociedade Imobiliária da Bacia Amazônica, em 1971”.

Em 04 de junho de 1976, a Gleba Taquaral passa a ser um distrito do município de Porto dos Gaúchos e então, esta Lei de nº 3.735, renomeia a localidade pelo nome de Juara.

Pela Lei nº 4.349 de 23 de setembro de 1981, o distrito de Juara é desmembrado do município de Porto dos Gaúchos e elevado à categoria de município permanecendo com o mesmo nome, Juara.

Aos 14 dias do mês de dezembro de 1981, conforme ata de instalação do município de Juara e posse de seu primeiro administrador municipal foi instalado oficialmente o município de Juara.

Nesse sentido, tomamos a Lei nº 4.349 para pensar o processo de nomeação do município de Juara através desse documento jurídico, em que o município passa a ser reconhecido institucionalmente pelo Estado, deixa de ser um distrito de Porto dos Gaúchos e os moradores passaram a ter os mesmos direitos e deveres que qualquer outro cidadão mato-grossense, inclusive um gentílico, por ser juarence.

Nas análises enunciativas, vamos trabalhar com os conceitos da semântica do acontecimento, Guimaraes (2002). Para o autor (2005), assumir a palavra é se colocar no lugar de quem enuncia, ou seja, como Locutor, que ele chama de L (L maiúsculo). Este L se apresenta como a própria fonte do dizer. Para falar do lugar de L é preciso estar afetado por lugares sociais autorizados a falar, ou seja, é preciso estar tomado por um lugar social de dizer, chamado por Guimarães de locutor- x. A variável x é um elemento que representa esses lugares sociais como (presidente, governador) (Ibidem, p.24). Já os lugares de dizer, as perspectivas do dizer são representadas pelos enunciadores que, para Guimarães,

“a representação da inexistência dos lugares sociais de locutor. E embora sempre se apresentem como independentes da história ou fora da história, são lugares próprios de uma história”, temos então enunciadores como: enunciator individual, quando a enunciação representa o Locutor como independente da história; enunciator-genérico, quando o indivíduo fala como e com outros indivíduos; enunciator-universal, quando a enunciação representa o locutor como fora da história e submetido ao regime do verdadeiro e do falso (Idem, 26).

3.1.2 – Uma primeira identidade: Gleba Taquaral

Vamos procurar, a partir de agora, desenvolver as análises enunciativas sobre os nomes que nomearam o município de Juara.

Como vimos no site oficial da prefeitura Municipal de Juara na seção história, o primeiro nome dado à localidade foi Gleba Taquaral.

De acordo com o dicionário online de português, Gleba” é a porção de terra que não tenha sido desmembrada ou loteada. Terreno desprovido de urbanização; local que não foi urbanizado”. (<https://www.dicio.com.br/gleba>)

A etimologia da palavra gleba – glebam de origem latina - traz os sentidos de solo cultivável, porção de terra, terreno onde se encontra mineral, propriedade agrícola, terreno feudal, torrão.

O advogado e professor Scavone Junior² conceitua que o termo gleba configura-se em uma porção de terra que não tenha sido submetida a parcelamento sob a égide da Lei nº 6.766/79, o que equivale dizer que estaremos diante de uma gleba se a porção de terra jamais foi loteada ou desmembrada sob a vigência da nova Lei. Nesse sentido, a palavra gleba diz de terra sem exploração, sem qualquer regulamentação e adequação às leis brasileiras e regionais.

Segundo o jornal ”O Estado de Mato Grosso”³, toda a extensão territorial do Estado de Mato Grosso era designada por gleba: terra inexplorada a espera daqueles que bravamente e com recursos financeiros quisessem se estabelecer, conquistar maior número de terras, fazer diversas colheitas e formar suas famílias.

Taquaral, por sua vez, termo definido por Houaiss e Villar (2001) como palavra oriunda da língua tupi guarani significa “extenso aglomerado de taquaras em determinada área; bambual, bambuzal, tabocal”. Gleba Taquaral é assim um nome composto por duas palavras **Gleba e Taquaral**.

A primeira pergunta que fazemos aqui sobre este nome é o que Gleba do Taquaral nos diz? O que é enunciar Gleba Taquaral enquanto nome de lugar? O que este nome nos diz? Podemos iniciar nossa resposta considerando as partes morfológicas que formam o nome, Gleba e Taquaral, essa junção nominal enuncia, neste espaço de enunciação o encontro de falantes e línguas. De um lado a língua portuguesa do Brasil a língua do colonizador, de outro o tupi guarani, a língua dos nativos/índios, nesse sentido a enunciação desse nome composto, formado por hibridismo nos apresenta o encontro de línguas e falantes distintos, mais radicalmente podemos dizer do encontro entre civilizações, a dos nativos/índios com a dos agricultores/colonizadores. Podemos observar na citação abaixo esse encontro:

Tribos como os Cinta larga, Nambiquáras, Iranxe, Kaiaby e os temíveis Erikbátsa defendiam seus territórios como podiam. Muitos seringueiros

² Loteamento fechado e loteamento irregular. Disponível em <http://www.scavone.adv.br/loteamentofechado-e-loteamento-irregular.html>. Acesso em 23 de junho de 2017.

³ Jornal O Estado de mato Grosso: Cuiabá, Jornal, 24 de fevereiro de 1963, nº 4.236, p.01.

e desbravadores foram atacados por algumas tribos. Não se sabe o número de casos com precisão, mas o Sr. Áureo conta que amigos dele na época chegaram a sofrer atentados a flecha pelos índios. O fato ocorreu quando faziam o trajeto Porto dos Gaúchos a São José do Rio Claro via fluvial, meio de transporte utilizado para buscar mercadorias e mantimentos. (Revista Nossa Gente, Edição Especial, 2001, p.4)

Como sabemos o marcador gleba, palavra de origem latina, rememora o lugar da jurisprudência normatizadora dos espaços urbanos determinada pelo lugar do Estado, neste acontecimento de linguagem, funciona como um classificador dos espaços urbanos, este marcador ao ser enunciado como parte do nome de uma localidade, define certos aspectos que diferencia a localidade daqueles que as classificam como urbanos, por exemplo: distrito, vila, cidade, município, entre outros. Isto é, a enunciação de gleba, neste caso, argumenta para a direção semântica que constrói sentidos para a transição entre o urbano e o rural. Ou melhor, é o lugar selvagem em processo de urbanização.

Em relação ao nome taquaral, nome de origem tupi guarani, este, ao ser enunciado como parte do nome da localidade rememora o lugar da língua do nativo/índio. Taquaral neste acontecimento de nomeação funciona como o especificador de gleba, isto é, no conjunto de glebas existentes, esta é a Gleba Taquaral, marcada pelo efeito referencial, ou seja, a Gleba Taquaral está localizada em um lugar que possui muita taquara. Taquaral é, assim também, no funcionamento de linguagem o marcador localizador da Gleba Taquaral.

Assim, ao nomear uma localidade com o nome Gleba Taquaral, temos o confronto das línguas, próprio do acontecimento que constituem a relação com o que vai ser nomeado – relação nome/coisa, produzindo sentidos que a historiciza e que constituem uma memória de enunciados que fazem com que possa funcionar como um nome, assim temos uma primeira nomeação que designa a localidade, este acontecimento, a partir de sua temporalidade própria abre em si sua latência de futuridade, ou seja, este acontecimento possibilita novas enunciações sobre a localidade.

3.1.3 – Distrito de Juara.

O primeiro documento oficial que trata da renomeação do lugar é a Lei Estadual nº. 3.735 de 4 de junho de 1976, Lei de criação do Distrito de Juara no Município de Porto dos Gaúchos.

A renomeação do espaço se dá enquanto uma característica que se vê contida nele, assim, há um processo metonímico de nomeação, a reescrituração que é uma operação que significa, na temporalidade do acontecimento” (GUIMARÃES, 2002, p.28), enunciar

Distrito de Juara enquanto nome é recortar rememorações de acontecimentos enunciativos nos quais este nome se deu. “Este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar” (GUIMARÃES, 2002, p.12).

A enunciação que renomeou a região de Distrito de Juara, no seu funcionamento enunciativo, recorta como memorável que significa no presente do acontecimento a possibilidade de civilização, desenvolvimento, integração e comunicação do Distrito de Juara com o Município de Porto dos Gaúchos e o Estado de Mato Grosso. Desse modo, a enunciação da lei que nomeia o distrito de Juara, nos remete a pensar este nome enquanto um lugar formado a partir do povoamento existente na Gleba Taquaral e que na condição de distrito, passa a ser regido pelas leis do estado e do município.

Então nos perguntamos como se deu o processo de renomeação de Gleba Taquaral para Distrito de Juara?

O acontecimento de renomeação se dá pelo procedimento de reescrituração, em que o já dito faz com que o que foi reescriturado signifique diferente, assim, estamos diante de um duplo movimento semântico de nomeação do lugar. Começamos por observar o valor de equivalência semântica do nome reescriturado com o que reescritura, estes não se estabelecem sinonimicamente, mas referem o mesmo objeto, o mesmo espaço simbólico, funcionam como se significassem o mesmo sob o efeito parafrástico.

Para Pinto (2003) o distrito é explicado a partir da situação em que este é o estágio inicial para a formação do município. Segundo o autor, o distrito torna-se um município a partir de sua emancipação político-administrativa, deixando de ser subordinado ao município de origem, passando a ter governo próprio, constituído de Prefeito, Vice-Prefeito, Câmara Municipal, Vereadores e Leis próprias. Na mesma perspectiva, o autor complementa:

o distrito é uma subdivisão do município, que tem como sede a vila, que é um povoado de maior concentração populacional. Ele não tem organização da pequena produção e atendimento das primeiras necessidades da população residente em seu entorno, cujo comando fica a cargo da sede do município. O distrito tem a mesma denominação de sua vila e, somente pode ser criado por meio de lei municipal. No entanto, os requisitos exigidos para a criação de um distrito são estabelecidos por meio de lei estadual. O município não pode, por si só, instalar distritos adotando critérios próprios. Faz-se necessário que um povoado atenda todas as exigências determinadas pela legislação estadual para que o município, por meio de uma lei municipal aprovada pela Câmara de Vereadores local, o eleve à categoria de distrito. (PINTO, 2003, p. 57).

O documento jurídico que diz da enunciação que renomeia o Distrito de Juara enuncia o lugar do político na divisão administrativa do Estado, sendo Distrito de Juara.

Vemos na criação dos distritos e nos processos de emancipação um movimento muito particular na construção de novas cidades, de novas identidades, de culturas e práticas linguísticas. No entanto, nesse afã permanecem os laços entre os sujeitos que deixam a localidade e a sua conviviabilidade e partem para o novo construindo novos liames de convívio e costumes.

A enunciação da Lei nº 3.735/1981, sancionada pelo Governador do Estado de Mato Grosso, recorta como memorável um passado histórico da vinda dos colonizadores sulistas para compra de terras férteis onde pudessem prosperar e criar sua família e o lugar de ser indígena, um personagem sempre presente na significação da história enunciativa da nomeação do município e que o colonizador ao significar a região como urbanizada a renomeia.

Ao renomear Gleba Taquaral para Distrito de Juara o nome passa a significar sua própria identidade histórica construída na enunciação do dizer. O nome Juara, nome tupi, diz da renomeação Gleba Taquaral, local escolhido pelos colonizadores para ser urbanizado e que ao chegarem a localidade já era habitada por índios/nativos. Ou seja, este nome ao ser enunciado enquanto lugar não está simplesmente marcando um lugar no mundo, o funcionamento dessa nomeação carrega em si histórias que dão existência aos índios/nativos da região, a nomeação rememora as narrativas sócio-históricas dos habitantes da região nesse período.

Para Guimarães (2002, p.81) a significação de um nome se produz, numa relação de confronto entre lugares enunciativos e modos de dizer pela temporalidade do acontecimento. As palavras “têm sua história de enunciação. Elas não estão em nenhum texto como um princípio sem qualquer passado”, ou seja, toda palavra possui uma carga semântica que lhe é própria.

Deste modo vê-se que a mudança de nomes não se dá por mudanças no espaço. A mudança de nome diz respeito a uma mudança de posição enunciativa, mudança do lugar social do dizer que nomeia. O lugar social que nomeia Gleba Taquaral, diz de um lugar do colonizador que deseja se instalar para colonizar o espaço e torná-lo um município.

3.1.4 - Juara a Município

Com a Lei nº 4.349 de 1981, o distrito de Juara é desmembrado de Porto dos Gaúchos e passa à condição de município, mantendo o nome de Juara, esse acontecimento

que nomeia o município, se dá pelo processo de reescrituração, o município é renomeado pelo mesmo nome do distrito, Juara, conforme Figura 2.

LEI Nº 4.349, DE 23 DE SETEMBRO DE 1981 - D.O. 23.09.81.

Autores: Deputados Oscar Ribeiro e Osvaldo Roberto Sobrinho

Cria o Município de Juara, com sede na localidade do mesmo nome, por desmembramento do Município de Porto dos Gaúchos.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte

lei:

Art. 1º Fica criado o Município de Juara, com sede na localidade do mesmo nome, cuja área é desmembrada do Município de Porto dos Gaúchos.

Art. 2º O Município criado e o seu único Distrito, o da sede, tem os seguintes limites: Partindo da confluência do Rio Arinos com o Rio Juruena, no limite com o Município de Alta Floresta; deste ponto, por linha reta, rumo Oeste-Leste, pelo limite com o Município de Alta Floresta, até a margem esquerda do Rio Apiacás; por este rio acima até o Córrego Faiscar e por este acima, até sua cabeceira; desta cabeceira, por uma linha reta, rumo Leste-Oeste, até alcançar a cabeceira do Ribeirão Água Boa e por este abaixo, até a sua foz no Rio Arinos; a seguir, pelo Rio Arinos abaixo até o ponto inicial, na sua confluência com o Rio Juruena.

Art. 3º (VETADO)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 23 de setembro de 1981.

as) FREDERICO SOARES CAMPOS
Governador do Estado

Figura 2 - Lei nº 4.349, criação do município de Juara

Tomaremos a cena enunciativa dessa Lei para descrever esse processo de nomeação. Para Guimarães (2005), assumir a palavra é se colocar no lugar de quem enuncia, ou seja, como Locutor, que ele chama de L (L maiúsculo). Este L se apresenta como a própria fonte do dizer. Para falar do lugar de L é preciso estar afetado por lugares sociais autorizados a falar, ou seja, de um lugar social de locutor chamado por Guimarães de locutor- x. A variável x é um elemento que representa esses lugares como (presidente, governador) (Ibidem, p.24). Já os lugares de dizer são representados pelos enunciadores e, segundo Guimarães (idem, p. 26), são “a representação da inexistência dos lugares sociais de locutor. E embora sempre se apresentem como independentes da história ou fora da história, são lugares próprios de uma história”.

Esta cena agencia o Locutor que diz do lugar que está autorizado a dizer o que diz, isto é, o locutor que cria e nomeia o município fala do lugar social de dizer de locutor-governador, que assimila o lugar de dizer do enunciador-universal. Tem-se o enunciador-

universal, “quando a enunciação representa o Locutor como fora da história e submetido ao regime do verdadeiro e do falso” (GUIMARÃES, 2005, p. 26). Neste caso específico tem a normatização jurídica do Estado.

O locutor-governador, ao enunciar, é tomado por dizeres já ditos, isto é, “não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico” (Idem, 2005, p. 11). Deste modo, o locutor-governador, nesta cena enunciativa, ao enunciar na forma de lei o nome do município de Juara, diz afetado do lugar de enunciação da região do município. O nome Juara já é enunciado como nome da região.

Mas o que este nome significa? De onde o nome Juara aparece? São estas questões que pretendemos responder agora.

Segundo Ferreira (2008), na Etimologia Toponímica,

a nomeação JUARA se deu pela junção dos vocábulos de origem Tupi: “yu’á” + “ra”, onde na língua tupi o vocábulo “yu’á” refere-se ao joá ou juá - fruto amarelo e redondo e o vocábulo “ra” significa apanhar, colher frutas. (FERREIRA,2008; p.107)

A descrição morfossintática do nome Juara, leva-nos as línguas indígenas, o termo, como vimos é de origem tupi, Juara é um nome composto por aglutinação temos jua + ra ou ju + ara. Esta é uma questão de muito interesse para nós, a do nome ser um termo de origem indígena.

Enunciar Juara como nome de lugar, nome de município é de certo modo trazer para o presente do acontecimento enunciações outras, este acontecimento enunciativo recorta como memorável, narrativas dos primeiros habitantes, os nativos/índios. A nomeação do lugar se dá no espaço de enunciação do português do Brasil, que segundo Guimarães (2002) os espaços de enunciação são espaços de

[...] funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços” habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. (GUIMARÃES, 2002, p.18)

Segundo o autor, o espaço de enunciação é o espaço de funcionamento de línguas, politicamente divididas, que atribuem aos falantes papéis desiguais, os falantes disputam a palavra e constituem a cena enunciativa que “se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas”

De acordo com o site oficial da Prefeitura Municipal de Juara,

Quando os primeiros homens brancos chegaram ao território do atual município de Juara, povos indígenas Kayabí dominavam toda a região, que era muito disputada por povos de outras nações indígenas. O principal motivo dos desajustes entre o gentio era a excelência do clima e qualidade do solo. Porém um dos maiores atrativos era a riqueza em taquara e pedra sílex, matéria prima para fabricação de flechas, lanças e machados. Que serviam tanto para afazeres domésticos, agricultura, caça e quanto para fins bélicos. (<http://www.juara.mt.gov.br/Cidade/Historia/> acesso em 02/07/2017)

O nome Juara ao ser enunciado não está simplesmente marcando um lugar no mundo, o funcionamento dessa nomeação carrega em si as narrativas que dão existência aos índios/nativos da região, isto é, a nomeação rememora as narrativas sócio históricas dos habitantes da região, o nome traz consigo enunciações que passam a significar no acontecimento de nomeação a identidade que, pelo simbólico, materializa o real desse povo.

Ao analisarmos os sentidos do nome do município de Juara, inserido no campo de estudos da Semântica do Acontecimento, tomamos os modos constitutivos das relações designativas das expressões/nomes no funcionamento da linguagem em diferentes textos. Ou seja, funcionamento semântico-enunciativo dos nomes do município é pensado em relação ao espaço de enunciação e questões políticas, sociais e históricas que determinam essas nomeações.

De acordo com a Semântica do Acontecimento, estamos concebendo o processo designativo como histórico-enunciativo, em que o sentido é determinado pelas condições sociais de sua existência. Nomear é identificar, ou seja, o ato de nomeação é um processo de identificação social. Certamente, o nome de um lugar estabelece limites, sendo estes de natureza geográfica, histórica e semântica, afinal a constituição histórica de um lugar possui particularidades próprias dos dizeres que o constituem. Assim é que, tomando a linguagem numa perspectiva histórica, cujo funcionamento é marcado pelas condições socialmente estabelecidas, o processo de enunciação é compreendido como um acontecimento em que o sujeito é afetado pela relação com a língua.

Nessa perspectiva, os espaços de enunciação que constituem o falante, na medida em que são “espaços de funcionamento de línguas que se dividem e redividem, se misturam, desfazem e se transformam por uma disputa incessante” (GUIMARÃES, 2005, p. 18), portanto, a enunciação é assim considerada uma prática política e não individual

ou subjetiva. Em outras palavras, “os falantes são tomados por enunciamentos enunciativos configurados politicamente” (GUIMARÃES, 2007, p.206).

Com o avanço da colonização, a chegada de novas famílias, a grande procura por compras de mais terras, o aumento das construções de comércios, casas e escolas aumentou-se também a população e houve a necessidade de renomear o local habitado, conforme relato na revista Edição Especial de Juara (2001),

Posteriormente, em 1972, foi elaborada uma lista de nomes por José Pedro Dias: o Zé Paraná, Antônio Pereira Braga Sobrinho, Vilmo Peagudo de Freitas, José Martins de França e José Olavo Girardis Gonçalves, que eram diretores da SIBAL e estavam no escritório da companhia na Rua Joaquim Murtinho, em Cuiabá. Foi então escolhida a denominação Juara, dada por José Olavo Girardis Gonçalves. Segundo depoimento de José Pedro Dias, o Zé Paraná, experimentado colonizador mato-grossense, a sugestão foi inspirada num livro sobre índios da região amazônica. (Revista edição especial, História da cidade, 2001, p.16)

Ainda de acordo com o site oficial da prefeitura, em relação a mudança de nome é publicado:

“O sucesso da Gleba Taquaral e redondezas, atraiu muita gente, normalmente agricultores e suas famílias. Em 1974 vendiam-se 102 lotes na zona rural do rio dos Peixes. Ocorria então um crescimento explosivo. O fluxo migratório foi intenso, passando então Taquaral a chamar-se JUARA. (<http://www.juara.mt.gov.br/Cidade/Historia/>)

A revista de edição especial, 30 anos de Juara, onde fala da História da Cidade relata que:

Ao passar dos tempos a comunidade preocupou-se em saber o significado da palavra Juara. Desta forma, surgiram duas versões para a origem do nome: uma, que o nome se originou da junção dos nomes dos rios Juruena e Arinos, formando a palavra “Juarinos”, posteriormente simplificada para Juara; a outra que Juara é palavra de origem tupi, e termo usado em tribo amazônica, significando “menina – moça” (Revista edição especial, História da cidade, 2001, p.16)

Ao nomear o município como Juarinos temos um nome por composição por aglutinação, onde o “Ju” corresponde a um referencial ao nome do Rio Juruena e “Arinos” referencialmente ao nome do Rio Arinos, principais rios afluentes do município de Juara. Temos assim Juarinos, uma palavra designativa, sustentada pela pertinência enunciativa e pelo referencial geográfico, por agregar aos seus nomes a riqueza hídrica do município, os aspectos relativos à exploração dos rios participam como elementos da pertinência enunciativa dessa formação nominal e dos sentidos que a elas agregam no cotidiano.

Em uma outra versão, referente ao significado do nome, atribuída pelos colonizadores ao município, o termo usado pela tribo amazônica “moça bonita” temos uma composição de um substantivo “moça” e um adjetivo “bonita”, uma expressão descritiva, que diz da caracterização do lugar, descrevendo uma região onde estava se “iniciando um município”, descreve a localização como sendo um lugar “novo e bonito”, de terras fértil para plantações.

Compreender o imaginário de uma nova nomeação atribuída ao lugar, de uma nova ordem social, requer levar em consideração as condições de produção de sua aparição, é considerar sua existência como acontecimento enunciativo constituído por uma temporalidade própria com a qual os sentidos são retomados/ressignificados, sentidos estes constituídos pelas relações históricas, sociais e ideológicas que afetam os sujeitos que ali se constituem.

De acordo com o colonizador este nome “moça bonita” é de origem indígena, pertencente a língua Tupi, assim encontramos as seguintes escritas para as palavras moça e bonita corresponde a um referencial ao nome do Rio Juruena e “Arinos” referencialmente ao nome do Rio Arinos, principais rios afluentes do município de Juara.

Moca KUNHAta\$ (em nhadéva, KUNHA mir\$).
(http://www.geocities.ws/indiosbr_nicolai/dooley/ptgn.html, acesso em 26/06/2017)

PORANG: belo, bonito, lindo / porangatu bem bonito, belíssimo / bonito em tupi é porang, mas "**kunhã-porang-a**" mulher **bonita** (ou mulheres bonitas) é acrescentado um A porque o adjetivo termina em consoante.

(<http://dicionariosvarios.blogspot.com.br/2009/06/dicionario-guarani-tupi-tupi-antigo.html>, acesso em 26/06/2017)

Ao refletirmos sobre o funcionamento deste nome, mostramos o movimento designativo que é construído na relação entre o sujeito colonizador/Estado com a região. Assim, os sentidos constitutivos dessa relação se dão em um espaço de enunciação no qual se constitui a relação entre sujeitos e línguas (exploradores/colonizadores e nativos/índios, a língua portuguesa e as línguas indígenas), os nomes enunciam assim os novos sentidos da representação desse lugar de locutor para a região.

Consideramos, a partir desse princípio, que a língua funciona afetada por uma memória do dizer, nomear/renomar um município é rememorar a história, conforme (RANCIÈRE, 1994, p. 43) as palavras da história são nomes e um nome não classifica, ele identifica. Pensar na nomeação como uma simples forma de classificação é deixar de fora uma série de fatores histórico-sociais que estão presentes na linguagem. A nomeação se constitui, portanto, como o memorável de uma temporalidade específica em que a

necessidade de uma designação que identifique os lugares por eles ocupados é posta como uma forma de identificarem a si próprios.

Dar significado ao nome Juara de moça bonita é descrever a região como local que prospera, que evidencia uma futuridade para residir e prosperar com seus familiares.

Em relação a nomeação do município de Juara, observa-se que não está ligada somente pela existência do Rio Arinos e Juruena, mas vem acompanhada por outras razões, a exemplo, o ideal de fixação, o desejo de prosperidade familiar e o desenvolvimento, associa-se as propagandas de terras férteis, boas para plantio de agricultura e criação de gado. Também é pensar e buscar sua autonomia de maneira a resolver os problemas e questões locais apresentadas por seu povo.

O processo de nomeação de um lugar é marcado por relatos históricos, documentos e narrativas que envolvem inúmeros sujeitos do dizer que nominalizaram um ou vários lugares. Dessa forma, a história de um lugar e seu processo de nomeação está intrinsecamente relacionada à história de muitos sujeitos, vistos que são eles responsáveis pela colonização de um lugar. Por essa razão, na perspectiva de Guimarães (2005, p. 9), a nomeação é tomada como: “[...] o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”. Acrescenta ainda o autor que seu interesse está em observar a designação, por recair sobre esta a significação de um nome.

3.1.5 - Ata de Emancipação de Juara.

No dia 14 de dezembro de 1981 reuniram-se todos os moradores no Salão Paroquial da igreja Católica e foi lavrada uma ata de instalação do Município de Juara e posse de seu primeiro Administrador Municipal. Ata a qual tomamos como recorte de entrada para nossas reflexões sobre como se dá o acontecimento de nomeação do município de Juara, conforme Figura 3.

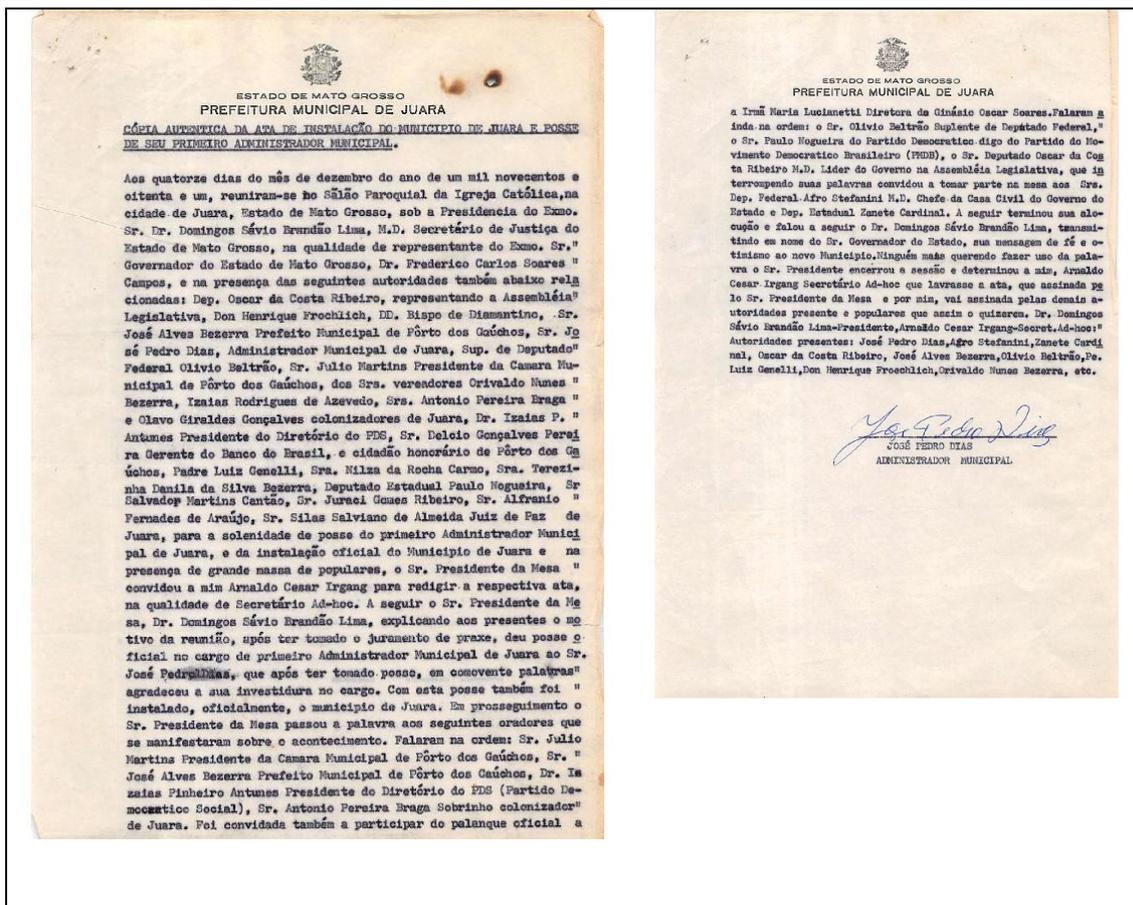


Figura 3 - Ata de Emancipação de Juara

O funcionamento enunciativo da ata de emancipação, instala sentidos como de registro de acontecimentos que semantiza a autonomia da região, como também passa a significar o documento no qual o governo é informado sobre a instalação do município.

O acontecimento da ata, que projeta o planejamento dos espaços, mostra uma memória de sentidos ao instituir o novo, a edificação das casas, ruas, e a instalação de instituições indispensáveis ao funcionamento do município. Com este progresso, os colonizadores precisam de uma forma de organização para vender e escriturar suas terras, e então iniciam um processo de organização para documentar e emancipar o município.

Observamos as condições sócio-históricas do aparecimento da legitimidade performática deste acontecimento, e notamos que a Ata de instalação do município de Juara e posse de seu primeiro administrador Municipal, é um documento no qual os colonizadores e as primeiras famílias que chegaram ao local assinaram, com o objetivo de requererem a posse da terra, que tem como motivação a descoberta e o progresso do novo, das terras férteis para plantações. Assim o acontecimento de nomeação marca o início da ocupação urbanizada dessa região, pelos colonizadores e compradores sulistas.

A posse oficial realizada pelo presidente da mesa, senhor Domingos Sávio Brandão Lima ao senhor José Pedro Dias, o Zé Paraná, com a finalidade de administrar o município tem sua legitimidade garantida por ser anunciada do lugar representativo do locutor-governador, que o delegou poderes para que o representasse.

Em se tratando da nomeação para administrador municipal, temos o pronunciamento de um locutor-colonizador, o senhor José Pedro dias, que empossado faz seu discurso à população presente, agradecendo a investidura no cargo e oficializa a instalação do município.

O agenciamento enunciativo dessa cena enunciativa tem L que se apresenta enquanto lugar de dizer do enunciador-coletivo, que fala em nome de todos do seu grupo como uma única voz que representa os colonizadores presentes no acontecimento e oficializa a ocupação do município de Juara, que passa a significar o local e dar sentido a região garantindo a relação de convivência político-administrativa.

A nomeação da região é dita por aquele que está autorizado, o locutor-colonizador, aquele que pode e tem direito de explorar, apropriar-se daquilo que é encontrado. Queremos dizer que as condições do acontecimento em relação ao que um nome possa significar determina sua nomeação.

Pelas análises que desenvolvemos sobre Juara, entendemos que os nomes estão associados a uma história de enunciação que “ se juntam para instituir uma nova história de sentidos pela qual a cidade passa a significar” (ZATTAR, 2015, p.159).

Com este estudo, percebemos que a nomeação deste município se deu através de um movimento conflituoso de línguas de enunciação dos colonizadores e os índios/nativos, que ao chegaram ao local, foram se apossando dos espaços e plantações, onde os nativos passaram de donos a escravos dos colonizadores. Estes foram levados de avião para o Xingú, por falsas promessas de vida de qualidade e lá foram deixados sem as mínimas condições de sobrevivência.

3.1.6 - Juína - MT – A Rainha da floresta

O município sobre o qual passamos a refletir neste espaço é Juína. Vejamos os sentidos atribuídos á nomeação de Juína, que está localizada no Estado de Mato Grosso, na divisa com Rondônia. Situa-se inteiramente dentro do bioma Amazônia e é um município-polo da microrregião de Aripuanã. Está situado a noroeste do Estado, a 720 quilômetros da capital, Cuiabá. Nasceu de um programa de colonização gerida pela

Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso e no contexto de um programa federal de ocupação produtiva da Amazônia Brasileira. É polo regional da RP I – Região de Planejamento I: “Região Noroeste” do Estado.

Na década 1970 – 1980, Mato Grosso era objeto de uma intensa ação governamental dedicada ao programa nacional de integração da Amazônia, sob o lema: “Integrar para não entregar”. A SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste e a CODEMAT – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, trabalham em parceria para implantação de infraestrutura de integração regional nas frentes pioneiras de expansão da fronteira econômica do Estado. O programa Polamazônia, criado pelo Governo Federal, tinha dois polos de ação muito ligados a Mato Grosso: Polo Juruena e Polo Aripuanã.

Conhecida como Rainha da Floresta o município de Juína localiza-se a 737 km da capital do estado, possui um vasto patrimônio cultural indígena em sua paisagem cotidiana, onde se torna possível presenciar as culturas Rikbaktsa, Cinta Larga, Ena-Wenê-Nawê entre outras etnias que se fazem presentes na zona urbana da cidade. Trata-se de uma região rica em língua indígena (FERREIRA, 1994, p. 139).

O território do município de Juína abriga duas áreas indígenas e uma Estação Ecológica a Iquê Juruena (FERREIRA, 1994, p. 139). Essas áreas juntas perfazem um total de quase 75% de todo o território, sendo que a população indígena é de mais 1200 (mil e duzentos) indígenas.

Em 23 de janeiro deste mesmo ano, ocorreu uma reunião no distrito de Fontanillas, às margens do Juruena, onde participaram diretores da SUDECO e CODEMAT, e deste encontro surgiu a ideia de se formalizar o Projeto Juína, que previa a implantação de uma cidade no meio da selva amazônica. Identificadas às terras de maior fertilidade, definiu-se a área do projeto com aproximadamente 411 000 há, na região do Alto Aripuanã e Juína-Mirim, do quilômetro 180 ao 280 da rodovia AR-1. O projeto elaborado em 1977, teve sua aprovação pelo INCRA através da portaria nº 904, de 19 de setembro de 1978, segundo informações do site oficial do município.

A CODEMAT foi convocada no ano de 1974 para construir, em convênio com a SUDECO, uma estrada ligando a BR-364 (Vilhena) e Aripuanã, a qual, no ano seguinte, foi incluída no programa POLAMAZÔNIA, passando a se constituir no principal eixo da malha viária prevista para o polo de Aripuanã. Recebendo denominação de rodovia AR-1. O próprio programa previa, ainda, a implantação de uma cidade na sua área de influência. Observando que a área por onde passaria a estrada era constituída, em sua maior parte, de terras públicas de domínio do Estado, surgiu a ideia de se desenvolver um projeto de

colonização como a melhor alternativa para a implantação da cidade. (Impresso gráfico do Gabinete de Planejamento e coordenação de MT, 1984, p12)

Para fins agrícolas, a prefeitura do município de Aripuanã, cedeu 117 000 ha às margens do rio Juruena, tendo como referência a antiga vila de Fontanillas e mais 65 000 ha, às margens do rio Aripuanã. A colonização de Juína começou a partir de 1978, quando inúmeras famílias, especialmente do centro-sul do país, migraram para esta região.

A partir de 1976 foram descobertas jazidas de diamantes na região de Juína, o que fomentou a migração de garimpeiros de outras regiões do Estado e do País.

“A fama do diamante de Juína correu mundo, e muitos especialistas no assunto, afirmam que o sub-solo juinense é tão rico, que, há trabalho de extração de preciosa gema por pelo menos 50 anos”. (Fundação Júlio Campos, 1984; p.18)

O potencial diamantífero de Juína começa a ser divulgado e surge a febre do garimpo de diamantes que alterou toda a programação e o controle antes desenhado para o processo de assentamento urbano e rural. A organização incipiente das diferentes formas associativas rurais sofre impacto com a saída de agricultores para a exploração garimpeira.

Com a descoberta do diamante em Juína a locomotiva mundial dessas gemas fez com que houvesse uma grande queda no mercado agrícola. A notícia repercutiu com tanta abundância que atraiu a Juína brasileiros e estrangeiros de diferentes quadrantes, diferentes classes sociais que vieram com o interesse de se tornarem garimpeiros. Podemos constatar conforme relato apresentado como o garimpo foi tomando lugar do comércio agrícola.

Oswaldo Pires, paulista de novo Horizonte e criado em Lins, veio para Juína em 1982. Havia morado no Paraná, em Umuarama, onde praticava a agricultura no seu sítio de quinze alqueires. Ao tomar conhecimento da riqueza de Juína, vendeu suas terras paranaenses e adquiriu 407 hectares juinenses. Havia se desiludido com a lavoura, inviável, conforme afirma, onde o problema mais grave era o tráfego. Deixou o sonho agrícola para trás e dedicou-se ao garimpo. “Hoje-garante – sou um autêntico garimpeiro, e tudo que tenho devo á preciosa gema” (livro- Municípios de Mato Grosso, 1993, p.15)

O ciclo mais intensivo da mineração estendeu-se de 1987 a 1992. A dedicação ao garimpo provocou algumas mudanças e acelerou outras no processo de estruturação econômica do município. A estrutura fundiária começou a se concentrar pela pressão

econômica do garimpo, da pecuarização e da falta de política de fomento à diversificação e modernização tecnológica da produção rural. O êxodo rural começou a pressionar a regularidade e legalidade do desenvolvimento urbano da sede municipal.

Segundo o site oficial da prefeitura, a população urbana que era de 30 %, passou para 70 %, depois do ciclo do garimpo. A falta de infra-estrutura de integração regional foi fator adicional de evasão dos pequenos proprietários diante da oferta de grandes proprietários interessados em implantação da bovinocultura em áreas já abertas. A situação sanitária e a alta ocorrência de malária também ajudaram a intensificar a evasão descrita.

A exploração do meio ambiente para a extração do diamante passa a prejudicar o desenvolvimento agroambiental do município e a ser uma grande preocupação por parte dos governantes. Então, é criada a Lei nº. 190/1989 que estabelece normas de conservação ambiental e regula a exploração da atividade garimpeira em todo o Território do Município, e a comercialização, e dá outras providências correlatas.

Art.1º. – Esta Lei estabelece normas de conservação e proteção ao meio ambiente para todo o Território do Município de Juína, regulando especialmente, a atividade garimpeira referente aos seus mananciais cursos e reservatórios hídricos do Município, em cumprimento ao disposto no Artigo VI, VII e XI, da Constituição Federal promulgada em 05 de outubro de 1.988.

A extração garimpeira deixou atrás de si o custo ambiental sem qualquer retribuição. A falta de continuidade do processo de implantação da infra-estrutura básica de ocupação econômica da região causou a estagnação do ritmo de crescimento de Juína. Em 1992, a febre garimpeira começa a diminuir; os pequenos produtores remanescentes buscam na organização o caminho para a sobrevivência e para o exercício do controle social sobre o processo decisório político municipal e para apoiar reivindicações municipais junto às outras instâncias governamentais. A movimentação popular para retorno ao processo normal de desenvolvimento sustentável do município levou o Governo Municipal a emitir a Lei Nº. 313 / 92, que proibia a extração de minério de qualquer natureza no leito e nas margens do Rio Perdido e de seus afluentes. A lei era polêmica na época, não se tendo informações sobre sua eficácia.

As medidas do governo para contenção de despesas após a divisão do Estado e, considerando a ausência de maiores transferências de recursos federais para consolidação da meta federal de ocupação da Amazônia, resultou na desativação da CODEMAT entre outros órgãos. Por outro lado, a diminuição da atividade garimpeira, liberou mão de obra

desempregada numa região com tendência crescente de concentração fundiária e implantação da pecuária de corte, que tem pouca capacidade de geração de emprego por capital investido e por área ocupada, (<http://juina.mt.leg.br/institucional/historia/historia-de-juina/historia-do-municipio-de-juina>).

O projeto Juína foi considerado um dos maiores êxitos de colonização e implantação de uma cidade por parte da Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso, a CODEMAT. E em virtude do crescimento acelerado e acentuado, é que em 10 de junho de 1979 foi criado o Distrito de Juína através da Lei N° 4.083, desmembrado do distrito sede e o Distrito de Fontanillas, no município de Aripuanã, conforme Figura 4, retirada do diário oficial de 10 de julho de 1979.

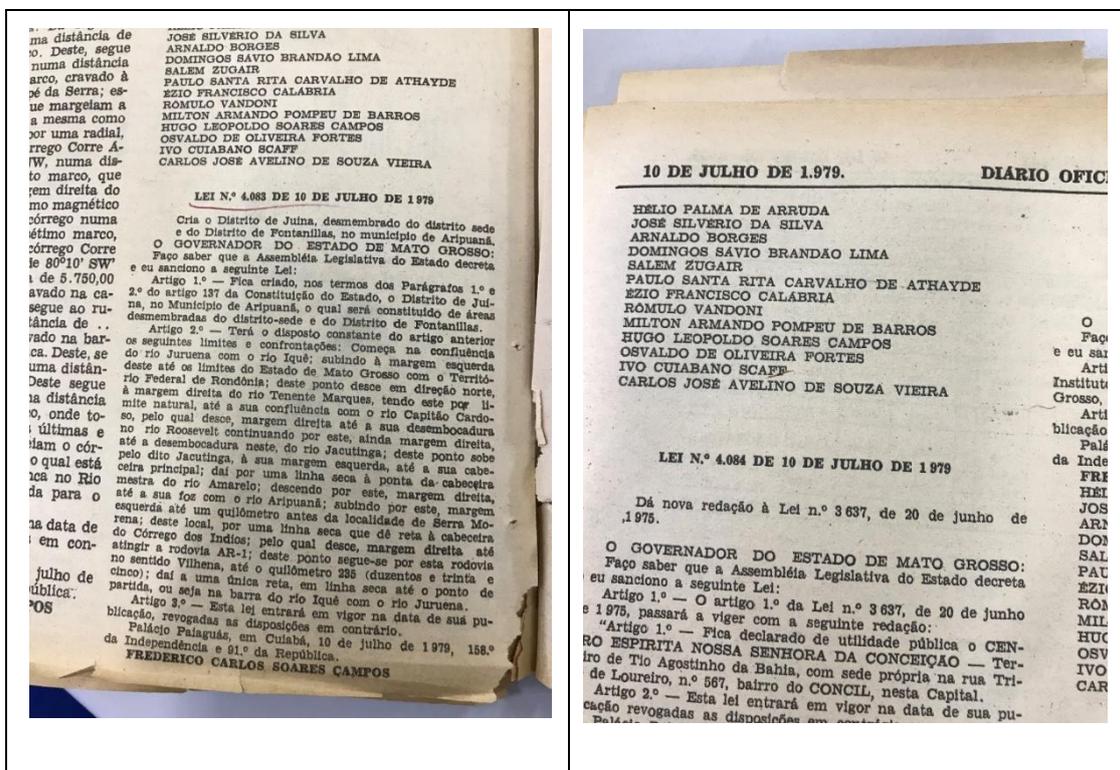


Figura 4 - Lei Estadual Lei N° 4.083

De 1979 a 1982, Juína permanece como distrito de Aripuanã. Pouco tempo depois, no dia 09 de maio de 1982, por meio da Lei Estadual n° 4.456, de autoria do Deputado Oscar Ribeiro e sancionada pelo então Governador do Estado doutor Frederico Campos, que criou o município de Juína com uma área de 29.200 Km² desmembrado de Aripuanã ao qual ficou vinculado até o dia 31 de janeiro de 1983, quando solenemente foi instalado com a posse do primeiro prefeito.

O jornal O Imparcial, a folha do Noroeste (1989), traz o discurso feito pelo Deputado Estadual Oscar da Costa Ribeiro, promissor do projeto Juína, protocolado na Assembleia Legislativa em 05 de novembro de 1981 sobre a emancipação de Juína;

“JUINA deseja dirigir seu próprio destino, eleger seus representantes e se auto administrar, JUINA quer progredir, quer ser.

JUINA, reúne todos os requisitos necessários á sua emancipação, de renda, de população, de número de habitantes, de eleitores, de auto - sustentação.

JUINA município, questão de justiça aos bandeirantes de hoje, que adentrando o sertão, penetrando nas matas, expandem fronteiras do Brasil, não mais a territorial, mas a agrícola, a desenvolvimentista.

JUINA é Mato Grosso; JUINA é Brasil: JUINA é sertão, é gente, é um pedaço de Pátria. JUINA é a Amazônia, a hileia, o inferno verde vencido; é o marco do progresso, feito do encontro do homem que trabalha com a terra que germina.

JUINA é o crer, o preservar, o insistir da raça brasileira, que com as mãos, com o suor derramado, com a pulsação do sangue correndo nas veias, junto a natureza ao homem, construindo a riqueza da Nação e mostrando os caminhos que podem matar a fome do mundo...” (Jornal O Imparcial, 1989, p 07)

Passaremos agora a analisar a Lei Estadual nº. 4.456 que cria o município de Juína, conforme diário oficial do dia 10 de maio de 1982, apresentado na Figura 5.

Na cena enunciativa que institucionaliza a criação do município de Juína, notamos que foi instituído como um dos distritos de Aripuanã. A enunciação da lei que cria o município traz o memorável da lei que cria outros distritos descritos pelos limites dos principais rios existentes que determinam a área territorial de Aripuanã.

Notamos também que quando Juína era distrito de Aripuanã através da Lei Estadual nº 4.083 de 10 de julho de 1979, foi criada uma nova Lei a de nº 4.296 de 26 de maio de 1981 que altera os limites estabelecidos para o distrito de Juína.

Ao se tornar município, Juína é constituída de dois distritos: o da sede e o de Fontanillas, criado pela Lei nº 3764 de 29 de junho de 1976 no qual tem seus limites também estabelecidos nesta lei.

Localizada a 45 km de Juína, Fontanillas era habitado por índios Rikbatsa e conhecida pelos moradores como “Menina dos olhos”. Esse distrito recebe esta nomeação em homenagem a um grande político chamado José Emanuel Fontanillas Fragelli, pecuarista no lugar e também foi senador, deputado federal, presidente na república no lugar de José Sarnei em 1987, governador de Mato Grosso na década de 70, quando nasceram os distritos de Fontanilla e Juína.

virgem-mata que cerca o primeiro acampamento dos pioneiros que “fizeram a cidade” (Fundação Júlio Campos, 1993, p06)

O passado torna-se, tal qual a memória, algo de disputa por grupos que querem estabelecer certa versão do passado, a sua versão, para então instituir uma memória que atenda a determinados interesses, pois: “[...]a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e objeto de poder” (LE GOFF, 2001, p.476)

A medida que se enaltecem os efeitos de conquista, outras condições de produção ficam silenciadas como a decadência do distrito de Fontanilla. Enfim, as análises enunciativas de nomeação nos possibilitam uma “compreensão singular do modo de observar a construção da significação sócio-histórica da História, ou melhor, das Histórias de um povo, um estado, uma cidade” (KARIM, 2012, p.184).

Mato Grosso, como o Centro Geodésico do Continente, era alvo de muito interesse como região de desenvolvimento de centralidades urbanas na rede sul-americana de comércio internacional liderado pelo Brasil e na visão de futuro, buscou-se imaginar e idealizar a ocupação produtiva da área por meio de um processo integrado de colonização, que serviria de modelo de ação governamental na ação estratégica de expansão da fronteira econômica do país que visava à ocupação e a segurança definitiva de domínio do universo do território pátrio e a abertura de novos corredores de exportação para incremento da competitividade dos produtos da região no mercado internacional.

Juína nasceu como um pacto entre o Poder Público, os colonizadores e as famílias de trabalhadores e produtores rurais de todo o Brasil que se dispusessem a aceitar o desafio dessa jornada. Sabia-se que a região de Juína não apresentava grande vantagem competitiva frente aos centros produtores mais próximos dos portos tradicionais de exportação. A transamazônica tinha por meta estratégica a construção de rede viária intermodal para ligação do Brasil com os portos do Pacífico, essa expectativa atraiu colonizadores e colonos de todo o Brasil para a região.

Um aspecto importante a ser considerado em relação a colonização dos outros municípios os quais iremos trabalhar é que a formação da sociedade juinense não foi por uma invasão clandestina ou de ocupação informal de área pioneira e sim através de um chamamento.

Segundo informações do site oficial do município que encontrou em um acervo histórico da CODEMAT o chamamento oficial do Estado e do Governo Federal para essa ação estratégica de expansão de fronteira econômica em que o Diretor Presidente da

Companhia de Desenvolvimento da CODEMAT, em nome do Governo, faz uma convocação nacional nos seguintes termos:

“E isto já é verdade, senhores! ”

“Convocamos, neste momento, os empresários, as cooperativas, as colonizadoras, para este patriótico processo de realização conjunta Governo – Setor Privado. Convocamos, também, os trabalhadores rurais, de todo o Brasil, que têm real tradição agrícola, recurso suficiente e desejo imediato de ocupação de lote, para entrar em contato com uma de nossas unidades de cadastramento e seleção”. “Vamos todos acenar juntos para o país, com espírito de desenvolvimento, mostrando confiança no Governo Brasileiro, confiança no Governo de Mato Grosso e participando historicamente da ocupação do universo do território pátrio.” (<http://www.juina.mt.leg.br/institucional/historia/historia-de-juina>: Acesso em 25/06/2017)

Seduzidos pelas promessas de terras férteis e de moradias em locais com infraestrutura para a família, os migrantes e suas famílias, principalmente do centro-sul do país, ajuntaram seus pertences e assim deu-se o início da povoação de Juína através da construção da rodovia AR-I que ligava a cidade de Vilhena à de Aripuanã, que era de difícil acesso, sendo conhecida como “Terra Esquecida” (FERREIRA, 2008, p.109).

Expectativas, receios e cansaço os acompanharam durante o percurso que os levariam ao inesperado.

Segundo Barrozo (2008)

Em 04 de maio de 1976 as obras de abertura da futura cidade de Juína tiveram início, sem prejuízo das obras da AR-1, então em andamento. Após levantamento de dados locais, medições e coleta técnica necessária, foi encaminhada para Brasília, onde os técnicos da SUDECO conceberam um projeto de malha urbana a partir de módulos octaédricos. Em 22 de junho de 1977 o projeto foi concluído, e a CODEMAT deu início a sua execução. Em 19 de setembro de 1978 o INCRA, através da Portaria 907, aprovou a primeira fase do “Projeto Juína” então já adiantada. A ocupação da área teve início ainda no final deste mesmo ano. (BARROZO, 2008, P.54)

Na busca continuada pelas novas conquistas de terras desconhecidas, narra-nos as histórias sobre a colonização do lugar de que houve nesta época, para a efetivação do projeto Juína, grandes massacres de índios, pois as empresas deveriam vender as terras “livres de índios”. O encontro dos exploradores, com os povos indígenas gerou diversos conflitos, danosos em vários aspectos às comunidades nativas da região. Mesmo a constante presença de missionários católicos entre os povos indígenas, a partir da década de 1960, não foi capaz de impedir a grande matança ocorrida, por exemplo, entre os Enawenê-nawê, habitantes do vale do Juruena, que quase foram extintos em função da

violência física, disseminação de doenças e exploração de trabalho forçado. (Entrevista - Juína abril de 2014)

Dentre os conflitos gerados a partir da presença de exploradores na região, o de maior repercussão ficou conhecido internacionalmente como o Massacre do Paralelo 11, ocorrido entre seringueiros e os povos Cinta-Larga.

Um empecilho que se dissipava com a expropriação de suas terras, a dispersão das aldeias, a transferência de populações, doenças e aberta eliminação física, pelo envenenamento, o contágio induzido, a fome e o assassinato, práticas recorrentes, vivas na memória do massacre do Paralelo 11, ocorrido em 1963, em Aripuanã, norte do estado. Presença indígena e expansão da fronteira econômica, inevitavelmente, se encontravam em projetos agropecuários, abertura de estradas, garimpos, construção de barragens e hidrelétricas. (MARTINEZ, 2010, p. 291)

O caso veio à tona em 1967, mas teria sido praticado em 1965, revelado pelo funcionário da empresa seringalista Arruda e Junqueira, Francisco de Brito. Segundo seu relato, a empresa organizou duas expedições. Na primeira uma aeronave sobrevoou uma aldeia de índios Cinta Larga e arremessou açúcar misturado com arsênio, em seguida explosivos foram jogados nas habitações da aldeia. A população indígena que sobreviveu fugiu para a mata. (KRÄUTLER, 2012).

Segundo o escritor Loris (2009), em seu livro relata que os indígenas sobreviventes estavam à beira do rio quando avistaram canoas enormes subindo o rio e então se esconderam na mata. Entre eles um casal, Myky e Juyná, com o filho que tentaram fugir pelo rio, mas foram capturados sendo atingidos por golpes de facão, esquarterados e deceparam sua cabeça e a índia Juyná sendo violentada, foi segurada por suas pernas e por um golpe de facão afiado foi partida ao meio.

Em meio a tantas mortes e conflitos o município de Juína foi se constituindo, e através da empresa Codemat e diretores da Sudesco que idealizaram o projeto de uma cidade em plena selva amazônica e sobre a não presença dos indígenas na área, conseguiram a aprovação do Congresso Nacional para implantação do projeto de colonização.

No interesse de conhecer as mais variadas formas de conceber o ato de nomear este município, entre as denominações que atravessam a constituição de um município, e seu processo de nomeação buscamos relatos históricos, documentos e narrativas que envolvem sujeitos do dizer e, responsáveis pela fundação e colonização de um lugar para entendermos a nomeação atribuída ao município.

Os nomes próprios, nos apresentam como aqueles que possuem força elocutória, que produz o efeito que particulariza algo como único, que especifica um representante especial do conjunto a que pertence. Nesse sentido se considerarmos a nomeação como procedimento que particulariza/individualiza um lugar no mundo, devemos considerar alguns aspectos determinantes que contribuem para a constituição desse processo (da nomeação), a saber: a) existir algo no mundo a ser nomeado; b) desejar nomear a coisa; c) busca um signo possível na linguagem para significá-lo; d) efetivar o processo (o ato de nomeação).

A nomeação atribuída ao município de Juína, de acordo com o escritor Loris (2009), faz referência a uma índia que residia na aldeia existente no local colonizado. O autor procura explicar a origem deste nome apresentando o seguinte argumento:

Na hora do almoço de confraternização, em Fontanillas, alguém pergunta que nome daria a esta cidade, já cognominada de “Rainha da Floresta” e surgiram diversos e não se chegava a um consenso. O encarregado administrativo do hotel, que vendo que estavam em um impasse, pediu licença e falou: “Se os senhores me permitirem vou contar uma história ou lenda conhecida há anos neste lugar”. Então descreveu o “Massacre do Paralelo Onze” as peripécias do casal de índios e do filho, que escaparam da chacina, e o sacrifício do pai, Myky, e da mãe, Juyná, para salvar o filho. “O povo já chama este afluente do Juruena de Juína e em homenagem a Juyná, se for de vosso agrado, poder-se-a construir a “Rainha da Floresta” com o nome de Juína”. Um silêncio emocionado dominou os comensais. O chefe, com o copo na mão, levantou-se e disse; “Neste dia 23 de janeiro de 1976, proponho solenemente, um brinde a Juína, a Rainha da Floresta”. (LORIS, 2009, p.16-18)

A explicação apresentada pelo escritor sobre a nomeação do lugar nos permite dizer que o nome atribuído é de origem indígena, mais especificamente língua tupi, e que o funcionamento dessa nomeação carrega em si as histórias que dão existência aos índios/nativos da região, isto é, a nomeação rememora as narrativas sócio históricas que significa e identifica não só o lugar habitado pelos índios/nativos, o nome traz consigo enunciações que passam a significar no acontecimento de nomeação a identidade que, pelo simbólico, materializa o real desse povo.

De acordo com Ferreira (2001) a origem do nome Juína é indígena, da etnia Pareci, de grafia "zui-uína", que significa - Rio do gavião. Também há a possibilidade de originar da etnia Cinta Larga "ju-hi-iña". (Ferreira, 2001.p.416)

Na língua indígena a palavra Juína é uma composição por aglutinação e forma-se a partir do vocábulo “Juhi, Juim” que significa rã, com o acréscimo do “na” que irá designar “Corrente de Rio”.

Os colonizadores ao nomearem a região, o fazem do lugar do espaço de enunciação da língua portuguesa, a língua oficial, mas o nome ao ser enunciado nos revela a relação conflituosa entre falantes e línguas, colonizadores e nativos/índios, língua portuguesa e línguas indígenas. É nessa incessante disputa que se dá a nomeação do lugar, assim, o nome Juína enunciado no espaço de enunciação da língua portuguesa enuncia também a relação de conviviabilidade entre falantes colonizadores/colonizados e suas línguas.

A relação do sujeito-colonizador com esse espaço discursivo produz efeitos de sentido que passam a significar o lugar nomeado com grande entusiasmo, principalmente pela facilidade de explorar a exuberante e abundante riqueza natural existente na região, cuja relação também produz efeitos de sentido quanto aos aspectos políticos e sociais para os colonizadores. Já não só a exploração das terras satisfazia, mas a sua ocupação passa a ser fundamental, assim inicia-se a vendas das terras para os não índios.

Outra possibilidade de origem desse nome, conforme a citação acima, passa pela interpretação dos dizeres do rio fluente da região, o Rio Juína que nos remete a acontecimentos marcantes, como a presença dos índios nativos do lugar os quais utilizavam-se do rio para sua sobrevivência e de grande importância aos colonizadores servindo a princípio como transporte fluvial para que pudessem chegar as localidades que buscavam desbravar.

O modo de olhar do sujeito colonizador estabelece relação com o que diz Berger (1999), em Modos de Ver:

Nunca olhamos para uma coisa apenas; estamos sempre olhando para a relação entre as coisas e nós mesmos. Nossa visão está continuamente ativa, continuamente em movimento, continuamente captando coisas num círculo à sua própria volta, constituindo aquilo presente para nós de modo como estamos situados. (BERGER, 1999, p.11)

Diante desse olhar do colonizador/migrante, olhar de prosperidade em relação ao rio, às terras férteis e oportunidade de melhores condições de vida, onde homens e mulheres na esperança de fazerem riquezas, melhores condições de criarem seus filhos, e até mesmo o desejo próprio de ser proprietário, depois, em garantir condições básicas de vida, e motivado pelo crescente número de família que chegavam a região em busca de terras, foi o que motivou a lutar pela criação do município.

O nome Juína, nos rememora a um local pouco urbanizado, habitado por nativos que residem próximo ao rio e que o utiliza para a prática da pesca, atividades domésticas e de higiene, conforme relato da autora com Silva, (2001)

Ao amanhecer o dia, homens e mulheres tomam banho no rio caudaloso de águas límpidas e que serve como fonte de alimentos a estes, que diuturnamente, vivem e retiram da floresta e do rio tudo aquilo que é útil para o reino e suas necessidades, o pensamento se concretiza no real vice-versa, como uma operação contraditória e dialética. O rio pode ser o Juruena, o Juína o vermelho. Não importa. Um peixe assado e um pouco de biju, raízes e frutas completam o cardápio. Mais tarde irá a mata pegar taquara, colher frutas, ver se em suas armadilhas há alguma presa. Cuidadosamente cortam varetas, moldam artesanalmente e, numa das exterminadas colam algumas penas tiradas de papagaio (amazona amazônica), araras vermelhas (*ara chloroptera*), [...] (SILVA, 2001, p.12)

A Nomeação de Juína é predicada por excesso/facilidade/esperança e do perigo/dificuldade e essa relação contraditória se dá a partir das práticas socioeconômicas daquele que vai ocupar (explorar/urbanizar) a região. É nesse funcionamento de predicação que se movimenta o relevo semântico do lugar da diferença, da tensão; de um lado, observa-se o efeito do sentido positivo de vida/esperança, de outro, o sentido negativo de morte/perigo.

Um nome não refere, mas dá existência histórica aquilo que foi nomeado. O nome é legitimado através de um acontecimento que passa a significar no seu funcionamento por uma cena enunciativa. Ou seja, o contato com os nativos e a significação do nome atribuído ao município e ao rio que possibilitou a chegada dos colonizadores à região a qual pretendiam urbanizar.

Como observamos o nome indígena atribuído a região traz consigo o efeito de urbanização aquilo até então considerado como selvagem. Esse deslocamento construído pelo movimento social produz o efeito que semantiza a região em urbes, esse deslocamento silencia o lugar que até então significava o selvagem. Em se tratando de um estudo enunciativo, é possível observar que a nomeação da região foi primeiramente atribuída por um locutor afetado pela língua da comunidade dos nativos que ali habitavam, colonizadores que viviam na época da ocupação do lugar e que tiveram contato, mesmo que indiretamente, com os nativos que sobreviveram aos conflitos e residiam no lugar, que conheceram as histórias de conflitos ocorridas. Assim primeiramente nomeiam o rio como Rio Juína e em seguida com o surgimento da cidade a nomeia como Juína também em homenagem aos nativos do lugar.

A nomeação se dá assim em um movimento conflituoso de línguas de enunciação dos colonizadores, o da língua portuguesa, que ainda encontra marcas da resistência das línguas nativas muito arraigadas e que permanecem no local até os dias atuais.

3.1.7 - Juruena -MT. Uma história de nomeação.

Tratar do processo de nomeação de um lugar é mergulhar em relatos históricos, documentos e narrativas que envolvem inúmeros sujeitos do dizer e, conseqüentemente, sujeitos que nominalizaram um ou vários lugares. Dessa forma, a história de um lugar e seu processo de nomeação está intrinsecamente relacionada à história de muitos sujeitos, visto que são eles responsáveis pela fundação e colonização de um lugar.

Passamos a análise da nomeação do terceiro município o que propomos estudar, o município de Juruena.

Juruena está localizado na região noroeste do Estado de Mato Grosso, a 893 km da capital Cuiabá. Relata a história que em 1968, inicia-se o processo de exploração de terras do município de Juruena por meio de projetos oficiais com o intuito de analisar as potencialidades madeireiras, extrativistas, minerais, entre outras eventuais riquezas. O Estado por meio da Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT) e as empresas particulares começaram a atuar nessas áreas demarcando terras e realizando levantamento topográfico com o intuito de atrair investimentos para a região, assim como a construção da malha viária, por meio de convênios firmados com a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e a CODEMAT.

A região noroeste mato-grossense passou a ser vista como polo privilegiado para alocação de projetos do Governo Federal, que buscava o desenvolvimento e integração dessas regiões. Para atrair migrantes nesse processo de ocupação as colonizadoras divulgavam as terras por meio dos anúncios publicitários, então em 1970 e início da década de 1980, inicia-se o processo de migração com as famílias vindas do sul do Brasil, dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A área definida para esse polo localiza-se na porção centro-norte do Mato Grosso, englobando os territórios dos municípios de Porto dos Gaúchos, Diamantino e Alta Floresta. Segundo Abreu (2001), originalmente foi planejado para exercer a função de um polo voltado para a produção agrícola, principalmente por conta das características físico-químicas do solo, que apresentava uma boa fertilidade natural, e das condições do relevo, que tinha uma topografia favorável para o desenvolvimento em grande escala dessa atividade.

Dentro dos ideais do planejamento regional defendido no período, a área na qual estavam definidos os limites do polo se constituía como um “vazio demográfico e econômico”. Porém, como acontecia com outros lugares assim definidos, também esse vazio era ocupado por uma população que mantinha um modo de vida antagônico ao proposto pelos programas e projetos para lá direcionados. Como é o caso dos diferentes povos indígenas que já se encontravam nessa região.

Com a instalação dos projetos de colonização induzindo a criação de povoados, vilas e mais tarde municípios, quase todos localizados às margens ou próximos das principais vias de ligação, como a BR-163, o município recebeu investimentos de infraestrutura na década de 1970, sendo o mais importante desses investimentos a malha rodoviária pensada para interligar vários pontos estratégicos do polo ao principal eixo rodoviário, a rodovia Cuiabá/Santarém, com a construção da rodovia que ligava Porto dos Gaúchos até Sinop, e a estrada que ligava a região da BR-163 com as margens do rio Teles Pires. Posteriormente com a ampliação da malha rodoviária tronco através da implantação definitiva das BR-070, ao sul, BR-080, ao norte, transversal, ligando o extremo norte do estado a sua porção leste, e as BR-163 e BR-165, no sentido sul-norte, interligando-se com outras duas, além do prolongamento asfáltico da BR-364 rumo a oeste contribuíram para o processo de ocupação definitiva, não só dessa área, como de todo o estado (CONAB, 2006).

Desse modo, como destacado por Higa (2005), criou-se estrutura básica para a promoção da expansão da fronteira, favorecendo em primeira instância o grande capitalista. Segundo Bernardes (2008):

A terra barata na década de 1970 facilitou os investimentos, os incentivos concedidos pela Sudam, as linhas especiais de crédito criadas pelo governo para estimular a ocupação dos grandes espaços vazios nas áreas de fronteira agrícola, atraíram os investidores, tudo isso favorecido por determinadas condições naturais, onde se destaca a imensa luminosidade e a topografia (BERNARDES, 2008, p 331).

Infelizmente o esforço para instalar a estrada e se fixar no local se mostrou frustrado, pois do outro lado do Rio Juruena, no caminho planejado para a obra, estava a reserva indígena Erikbaktsa, e a obra foi embargada. A mudança no traçado da estrada deixou aquele trecho, hoje compreendido entre Juína e Fontanillas, um corredor sem saída tendo o referido distrito ficado isolado.

refere-se a uma localidade constitutiva do centro de uma jurisdição territorial, a sede do município, que tem por objetivo atuar como entreposto administrativo regional. Vários são os elementos que vão distinguir a aglomeração em vila. Geralmente é composta de um governo local, o senado da câmara, com sua casa de câmara e pelourinho na praça central.

Esta modalidade referia-se a uma pequena comunidade urbana, dotada de certa autonomia política no que se refere à esfera municipal.

Segundo Azevedo (1956, apud TEIXEIRA, 2003) o termo vila empregado desde a época colonial, se manteve com tal conotação política e administrativa até 1938. Somente a partir deste ano ficou definido que a sede do município constitui uma cidade, e que o nome do município mantém o de sua sede. Tem-se então desde 1938, em todos os municípios uma cidade por sede, determinando então que as antigas vilas fossem elevadas automaticamente ao título de cidade, continuando como sede dos municípios. Nos dias atuais o termo perdeu o significado político e administrativo que o caracterizava no passado. A vila detém um sentido distinto do que fora utilizado, significando nada mais que uma pequena localidade, podendo ser utilizado para designar um aglomerado de casas precárias dispostas em ruelas, ocupadas por uma população de baixa renda, adquirindo um significado de segregação sócio espacial.

A vila se instituíra por meio de documento jurídico que lhe dava autonomia e poder político-administrativo sobre o espaço e as pessoas que nela viviam. A vila, segundo Moraes (1789), era uma “povoação de menor graduação que a Cidade, e superior a aldeia, tem juiz, câmara, e pelourinho”, e essa acepção, a vila e a população seriam sujeitadas pelas autoridades locais que, por sua vez, seriam reguladas pelas políticas do Estado português no Brasil.

O nome próprio de vila, que trataremos aqui, se dá no acontecimento do dizer em relação aos sujeitos falantes, ou melhor, em relação a linguagem, com a exterioridade e com o sujeito, por compreender como Dias (2013) que, no acontecimento do dizer,

o enunciável se faz pertinente na relação entre traços de memória, advindos de enunciados outros, em outros tempos e lugares, e uma demanda atual, com vistas a significar o presente. Assim, as formas da língua são constitutivas da relação que se estabelece entre uma estância de presente do enunciar e uma instância de anteriormente (da memória) (DIAS, 2013; p.230)

Nessa perspectiva, o nome próprio se constitui linguístico-historicamente, identificando e/ou classificando social e juridicamente pessoas, povoados e objetos, pois o acontecimento de nomear se dá pelo cruzamento de diferentes lugares enunciativos que levam a nomeação de vila. Ao denominar o lugar como espaços da vila, na Lei, é projetada uma memória de sentidos a se instituir o novo, a edificação de casas, ruas, e a instalação de instalações indispensáveis a Vila, pela sobreposição dos sentidos anteriormente constituídos que o distrito pertencia exclusivamente a Aripuanã. Os sentidos vão se constituindo no momento em que vai se construindo uma história do lugar, construída por sujeitos do dizer.

Segundo relato dos moradores a vila foi criada às margens do rio Juruena e o meio de acesso era a balsa. A estrada começou a ser aberta em seguida e foram dois anos de trabalho. Depois de pronta ela ligava Fontanillas a Aripuanã, mas a única saída continuava a ser a balsa, já que Aripuanã não tinha outro acesso terrestre. Havia uma enfermeira na vila que exercia certa autoridade local. Não havia contingente policial. Os colonos e suas famílias levavam uma vida pacata, mas a vila recebia periodicamente a visita dos “peões” e “gatos”, que prestavam serviços nas fazendas da região.

Percebe-se que houve um largo descompasso em relação a venda de terras previstas pela colonizadora e a justificativa que consta do projeto, trata da implantação de projetos agrosilvo pastoril, culturas diversificadas e em consorciamento, produção para exportação com estudos de viabilidade para produtos de pequeno volume/peso e alto valor comercial (não cita quais seriam estes produtos), e a utilização do gado bovino para leite, corte e tração. Trata ainda do estabelecimento de rigoroso zoneamento ecológico econômico, desenvolvimento integrado e criação de sociedades auto-sustentadas.

Houve problemas na estratégia de vendas da Juruena Empreendimentos contrariando o projeto original, lotes pequenos foram vendidos a uma distância muito grande do núcleo urbano, aparentemente numa estratégia (malsucedida), de valorizar terras mais próximas da cidade. Ao que tudo indica esse teria sido um dos fatores que dificultaram a comercialização dos lotes.

Em junho de 1980, a vila Juruena passou a contar com 83 moradores, em sua maioria migrantes do sul do país. O aumento do número de moradores impulsionou a construção do primeiro hotel da cidade, a primeira escola e o hospital municipal, e após algum tempo, em 1985, possibilitou a eleição dos primeiros representantes políticos do então distrito de Juruena. Devido ao aumento gradativo da população, gerou maior peso

político e representatividade na Assembleia Legislativa do Estado, ocasionando, então, a emancipação política de Juruena.

Contudo, antes desses grupos migrarem para Juruena, os primeiros povos que habitavam essas terras eram os Rikbaktsa, habitantes da bacia do Rio Juruena e chamados de canoieiros do Rio Juruena. Arruda (2003) explica que eles vivem em três terras indígenas na mesma região: a Terra Indígena Rikbaktsa, a Terra Indígena Japuira e a Terra Indígena Escondido, num território de aproximadamente 320 mil hectares de mata amazônica, e mais de 30 aldeias localizadas ao longo dos rios Juruena, Sangue e Arinos, que circundam seus territórios. Apesar do contato com a sociedade, ainda existem vestígios de índios desconhecidos, que levam a suspeita de existência de Rikbaktsa até os dias atuais.

Em decorrência de sua situação locacional, caracterizada como área de fronteira agrícola com intenso fluxo migratório (SOUZA, 2002), a cidade de Juruena, também enfrentou os processos colonizadores da época, assim como outros municípios mato-grossenses, pois a intenção do Governo era assentar até 1980, um milhão de famílias na Amazônia.

De acordo com o Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 04 de julho de 1988, através da Lei nº 5.313, cria-se o Município de Juruena. Conforme podemos verificar, o município tem limites ao norte com Cotriguaçu, ao sul com o município de Castanheira, a leste com Nova Bandeirante e Juara e, a oeste, Aripuanã, conforme Figura 7 do recorte do diário.

É interessante percebermos que há uma normatização que carrega em si delimitação que significa limites, que regula espaços territoriais em torno dos grandes rios que cortam o município. Ao observamos a quantidade de limites, relatadas na Lei, percebe-se que o município de Juruena tem um grande rio com 1240 km de extensão, atravessa o estado do Mato Grosso até sua divisa com o Amazonas, onde, no entroncamento destes estados com o Pará, se encontra com o rio Teles Pires e, juntos, formam o rio Tapajós, que mais adiante desagua no rio Amazonas, vejamos o trajeto do Rio Juruena ao Rio Cuiabá, conforme Figura 8.

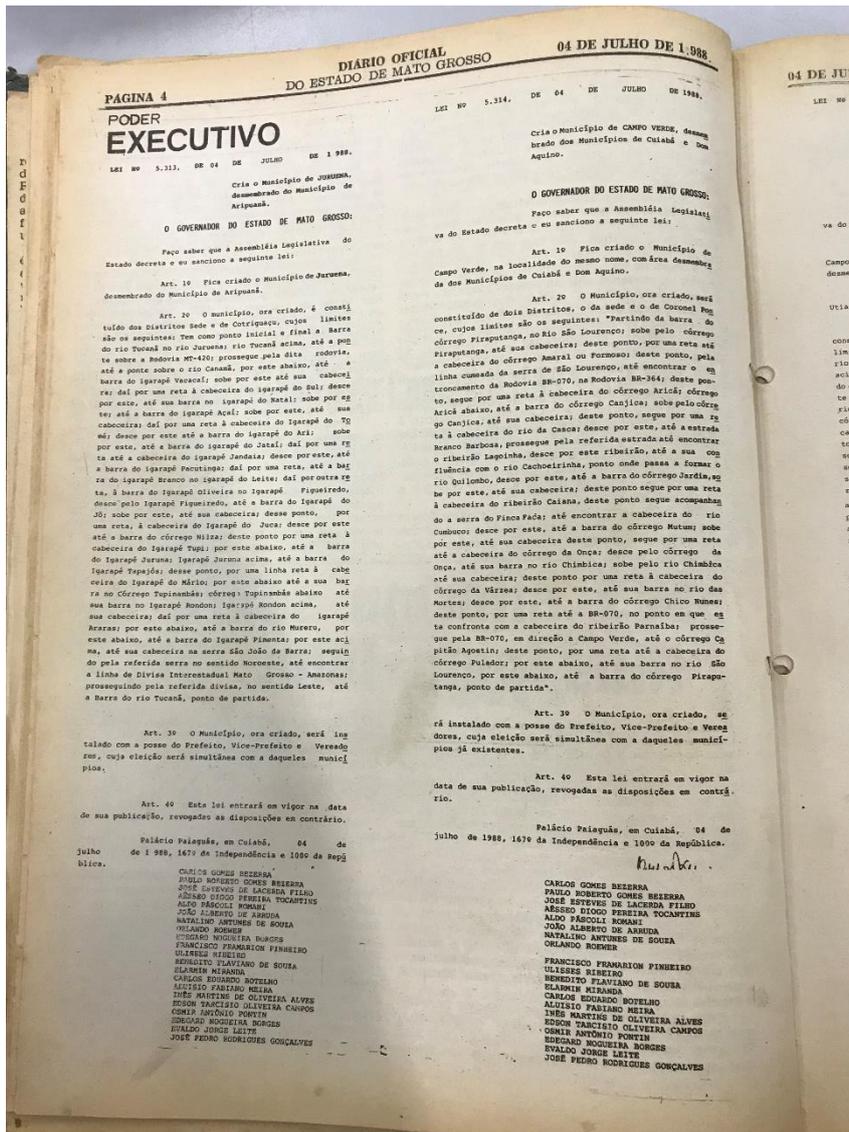


Figura 7 - Cria o Município de Juruena.

O rio Juruena possui águas rápidas e profundas, num labirinto de ilhas rodeadas por rochas e pedras enormes, com fundo alternando em regiões de cascalho, lajes de pedras e areia, se tornando ambiente ideal para centenas de espécies de peixes com um volume impressionante de água e belíssimas e inesquecíveis paisagens que até os dias atuais é o maior ponto turístico do município.

Por sua grande riqueza de biodiversidade, através do Decreto do dia 06/06/2006, é criado o Parque Nacional do Juruena, com o objetivo de proteger a diversidade biológica da região do baixo Juruena - Teles Pires e alto Tapajós, suas paisagens naturais e valores abióticos associados. O parque foi criado em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, e é o quarto maior parque de Brasil – atrás apenas do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (com 3,9 milhões de hectares), do Parque

Nacional do Jaú (com 2,3 milhões hectares) e do Parque Nacional do Pico da Neblina, (http://www.wikiparques.org/wiki/Parque_Nacional_do_Juruena).

O Parque Nacional Juruena era uma das últimas unidades de conservação faltantes para a implementação do Corredor de Conservação do Sul da Amazônia, um mosaico de Unidades de Conservação que podem conter o processo de degradação da Amazônia. Esse corredor tem um papel fundamental na contenção do avanço do desmatamento, funcionando como uma barreira ao deslocamento da fronteira agrícola do norte de Mato Grosso para as áreas relativamente bem conservadas do sul do Pará e sudeste do Amazonas. Nesse contexto, o Parque Juruena constitui uma peça-chave para impedir a entrada potencial do vetor de ocupação irregular de terras (grilagem) e desmatamento na ponta do extremo norte de Mato Grosso – uma ameaça muito concreta e atual.

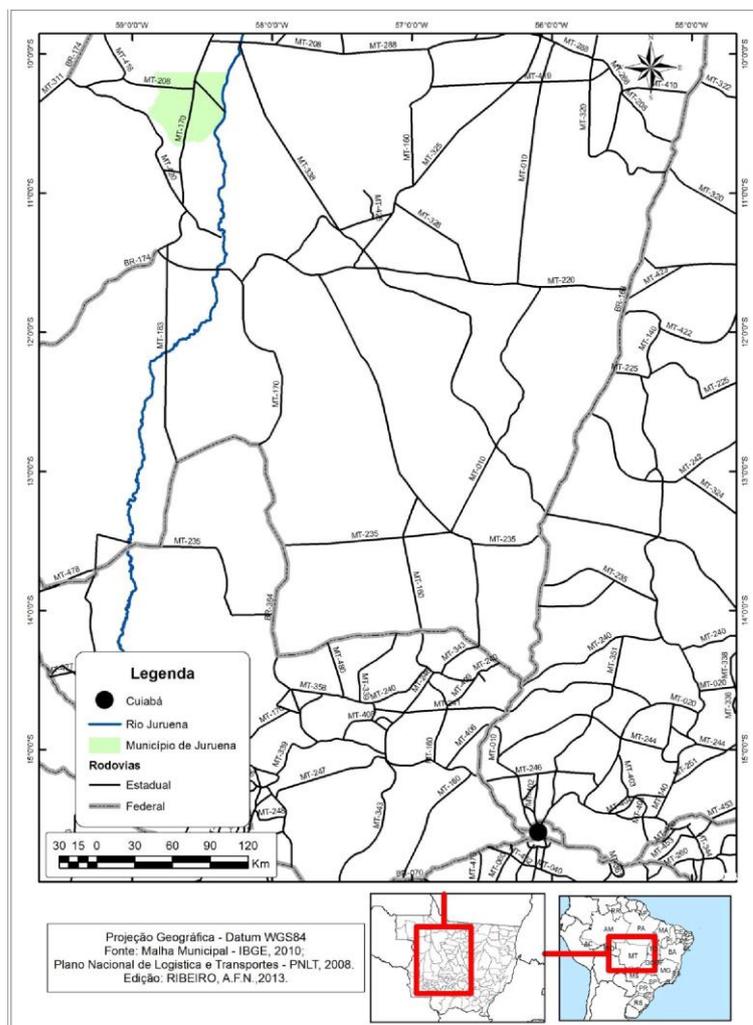


Figura 8 - Trajeto do Rio Juruena ao Rio Cuiabá

Os índios Apiaká, Munduruku, Kayabi e Rikbaktsa foram os primeiros habitantes da área que atualmente forma a região da UC. Os primeiros contatos dos índios Apiaká com os não-índios data do início do século XIX. Os Apiaká sempre foram amigáveis com os viajantes que circulavam pelos Rios dos Peixes, Arinos, Juruena e Teles Pires, onde serviam de guias para as navegações. Embora praticassem a pesca, a caça e a coleta, já possuíam uma agricultura desenvolvida.

Os índios Munduruku se expandiram pelas regiões dos Rios Tapajós e Madeira. Suas expedições guerreiras chegaram a alcançar o Xingu e o Tocantins, indo até os limites orientais da floresta Amazônica. Depois de 1851, os Munduruku do Tapajós e Madeira começaram aos poucos a se miscigenar com os não-índios. Os primeiros contatos com os Munduruku datam de 1768. Esses índios eram guerreiros respeitados até pelos portugueses, que lhes pediam ajuda para enfrentar povos inimigos.

Os índios Kayabi, até aproximadamente a década de 1940, ocupavam uma extensa faixa de terra no médio rio Teles Pires. Resistiram à ocupação de suas terras pelas empresas seringalistas, na última década do século XIX. Contudo, aos poucos a área Kayabi foi sendo ocupada e os índios induzidos para o trabalho nos seringais.

Já os Rikbaktsa ocupavam um território que se estendia, ao sul, até a barra do rio Papagaio, ao norte, até o Salto Augusto (Rio Juruena), a oeste, até o Rio dos Peixes, e a leste até o Rio Aripuanã, no estado de Mato Grosso. Suas aldeias se situavam principalmente na margem direita do Rio Juruena, no trecho entre o Rio Papagaio e o Arinos. Esses indígenas ficaram conhecidos no final da década de 1940, quando opuseram resistência armada à frente extrativa de borracha que adentrava seu território.

Atualmente estas populações indígenas vivem, principalmente, na Terra Indígena Munduruku, ao longo do Rio Tapajós, no Estado do Pará, na Terra Indígena Apaiká-Kayabi, nas margens do Rio dos Peixes, em Juara; Terra Indígena Escondido, da etnia Erikbatsa, em Cotriguaçu.

Essas enunciações mostram como os sentidos se constituem nos acontecimentos e que as histórias destes acontecimentos de enunciação podem estabilizar ou não certas determinações de sentido, e outros assemelhados, podem contribuir de modo muito particular para a reflexão sobre a relação da enunciação com a língua, constituída enunciativamente como um sistema de regularidades linguísticas e com a nomeação atribuída ao lugar.

Compreender o processo de semantização dos nomes como um acontecimento histórico - social significa dizer que as enunciações que nomearam o município de

Juruena são atravessadas por outras enunciações já ditas, recorta um memorável que traz as narrativas das histórias do nome, ou seja, o passado é constitutivo do acontecimento, isso não significa fazer uma referência a fatos da história, mas significar a história enunciativa dos nomes construída em outros enunciados, em outros textos.

Segundo Platão (2001), o ato de dar nome às coisas era tomado como tarefa de trazer à existência alguma coisa, isto porque só há nomeação para algo com existência no mundo. Para o autor, não se pode falar de algo que não existe, pois tal postura não faria sentido. A exemplo, o nada. Há aí uma questão ontológica em que nomear pressupõe a existência de algo. Assim, o uso de um nome figura como o estabelecimento de um compromisso com a existência deste algo na realidade.

Enunciar o nome Juruena, é dizer que este nome se dá atravessado pelo dizer do indígena, o lugar do dizível dos nativos que habitavam a região, lugar que significa o selvagem. A enunciação do nome traz o sentido que enuncia uma característica como predominante da região, a da existência dos nativos/índios e das línguas indígenas, que demonstra o contato entre exploradores e nativos/índios, histórias contadas inclusive pelo sujeito índio. Nos rememora uma região, pouco povoada, pertencente do bioma da floresta amazônica e considerada muito selvagem. Percebemos a presença do nativo/índio, uma relação entre as línguas, entre sistematicidades e relação das línguas com os falantes.

A nomeação é um lugar de enunciação de representação onde a palavra deve ser tomada pelo que diz e não diz. Tendo como princípio que os nomes identificam, podemos dizer que dar nome a algo é, por si só, um acontecimento de linguagem constitutivo daquilo que o mundo passa a significar na sua relação com as práticas sociais dos sujeitos falantes que constitui os sentidos que movimentam as histórias e que fazem as coisas (municípios) se significarem pelo simbólico.

A nomeação do município de Juruena dá-se pela questão geográfica do Rio Juruena já possuir este nome de origem indígena, produzindo uma identidade entre o lugar nomeado e o Rio. Podemos dizer que o lugar não é visto enquanto dimensão natural e geográfica, pois passa a ser um constructo histórico atravessado pelas práticas humanas. O rio neste espaço de enunciação tem uma grande importância ao colonizador como meio de transporte fluvial, pois em épocas de chuvas suas viagens eram intransponíveis pela terra, em época de enchente.

É importante compreender o que possa designar um nome, bem como o modo como se dão suas relações com outras palavras, de modo que a palavra não é tomada na sua forma etimológica.

Segundo FERREIRA (1954, p.111)), o nome Juruena - substantivo feminino - de origem Tupi, “yuru’, designando boca, foz +” ena”, que significa esvaziar, foz vazia.

O processo de nomeação apresentado é constituído por dois gestos: nomear e predicar. O nome ao ser predicado recebe um identificador: o nome do rio que margeia o lugar nomeado. Nomear e predicar são atos linguísticos que se articulam para significar, mas é no ato da predicação que reside a identificação. Veja que a significação é produzida pelo acontecimento de linguagem e a nomeação de um lugar é uma forma de normatização que carrega em si uma delimitação que significa limites.

Na nomeação de Juruena, observamos um processo enunciativo que identifica o lugar pelo nome dado ao rio. Há aqui um processo metonímico de renomeação que descreve o nome do rio como afluente que banha a cidade e que estabelece uma relação com a população local. Na relação entre o processo de nomeação e renomeação verifica-se que há um dizer que diz do rio Juruena e um dizer que diz da cidade de Juruena, ou seja, um dizer dentro de outro dizer.

Nomear o município com o nome atribuído ao rio, significa, no processo da constituição dos espaços sócio urbanos da região para os colonizadores, o caminho que os leva à direção dessa região a ser ocupada. Esse nome de origem de língua indígena, enunciado do lugar de enunciação do locutor explorador, identificado como lugar social do locutor-colonizador que assimila o lugar de dizer do enunciador-coletivo, no seu funcionamento, evidencia a oposição explorador/explorado na relação constitutiva do processo de ocupação da região.

Esse movimento semântico estabelece o efeito que desloca e silencia o sentido da evidência etimológica do nome, o sentido da acepção primeira do nome que designa a relação de convívio dos habitantes nativos, os índios, com a região, para mobilizar o sentido novo que passa a significar a relação do explorador colonizador com a região do descobrimento, habitada por índios ainda não domesticados, um espaço desconhecido a ser conquistado e ocupado pelos e para os sujeitos exploradores colonizadores.

Como se pode observar, as histórias de enunciações que dizem sobre a origem do nome Juruena apontam para um étimo em língua indígena e apresentam uma carga semântica que enuncia ora o lugar da relação das práticas sociais dos nativo-índios da região, ora a descrição do que há naquela região, uma clara correlação entre o lugar e os

nativos/índios. É nesse sentido que o acontecimento de nomeação não marca uma geografia, uma região.

A nomeação não está no nível referencial do nome com a coisa ou da intenção de alguém a atribuir sentidos a um determinado nome que passa a significar algo de modo estável, a enunciação movimenta o presente do acontecimento e recorta como memorável nesse acontecimento de nomeação as narrativas de origem do nome, a história de acontecimentos de enunciação que dizem sobre o nome, que dizem sobre o Juruena.

Por outro lado, o Juruena enunciado enquanto nome de rio pelos colonizadores designa as narrativas que desenham o caminho de entrada em direção ao lugar a ser ocupado. Assim, são todas essas relações designativas, construídas na história de enunciações do nome, que acabam por semantizar o nome do município numa relação instável, mas que se apresenta como representação do real estabilizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O universo da significação, que faz dos textos o que são, é o que produz o envolvimento que nos transporta, que nos transforma, mesmo que este universo, na tranquilidade do cotidiano, pareça não fazer parte de nossas vidas, e que descobrimos que faz. (GUIMARÃES, 2012)

Como proposta para esta pesquisa, buscamos analisar a relação semântica dos nomes dos municípios de Juara, Juína e Juruena, pensando o processo de nomeação em relação ao espaço de enunciação e às questões políticas, sociais e históricas que as determinam. Tomamos como materialidade linguística para as análises, os nomes atribuídos aos municípios estudados, onde analisamos o processo de semantização desses nomes a partir do seu funcionamento e assim, procuramos mostrar de que modo esse movimento semântico constrói sentidos que passam a significar o espaço urbano caracterizando-o, como a identidade dos que ali vivem. Tratamos a questão do acontecimento de nomeação dos municípios, levando-se em conta essa rede que se apresenta no movimento constitutivo do relevo semântico dos nomes.

Tivemos como aporte teórico para a construção desta pesquisa a Semântica do Acontecimento, que nos permite dizer que as nomeações dos municípios não se dão aleatoriamente e sim que ao analisarmos semanticamente um nome, tomando seu funcionamento como um modo de determinação social e histórica que produz sentidos de identidade do município e de seus habitantes, perceberemos que os sentidos se constituem no acontecimento da enunciação pela relação com a história, o social e o político.

Essa teoria toma o acontecimento como um novo lugar de temporalização, que acontece nos espaços de enunciação, onde o “enunciar é estar na língua em funcionamento [...] a língua funciona no acontecimento, pelo acontecimento, e não pela assunção de um indivíduo” (GUIMARÃES, 2005, p22). E é nesse processo que se dá a constituição dos sentidos nas cenas enunciativas, onde as palavras significam e ressignificam no seu percurso infindável do dizer e redizer um determinado texto.

Para Guimarães (2002) essa semântica se caracteriza pelo acontecimento histórico de enunciação, portanto, uma semântica que considera que a significação deve ser tratada enunciativamente no funcionamento da língua. Posição sustentaram nossas análises.

O modo de enunciar os nomes dos municípios é estabelecido e normatizado do lugar político-jurídico/administrativo do Estado que tem o português como a língua de integração nacional.

As análises semântico-enunciativas nos mostraram aspectos importantes que configuraram a constituição dos municípios em que a ocupação e nomeação das terras, a presença do Estado é determinante para a povoação e transformação. Algumas características dos enunciados designativos permaneceram ao longo desse percurso da configuração do memorável, explorador/colonizador, e o de origem dos habitantes nativos da região, as nações indígenas.

Ao enunciar o nome dos três municípios, constatamos que existe uma relação semântica entre eles. Através das análises desenvolvidas constatou-se que as nomeações atribuídas aos municípios, historicamente são nomes oriundos de língua indígena, o que significa dizer que no acontecimento de denominação dos municípios, os sentidos produzidos do lugar de enunciação dos índios/nativos que ali habitavam também estão presentes; os colonizadores, ao nomearem os municípios, o fizeram afetados nessa relação de falantes de língua portuguesa com a dos falantes de línguas indígenas.

Esse acontecimento é marcado por uma relação de linguagem com o que está fora dela, sua relação com o mundo, o acontecimento de criação e nomeação dos espaços urbanos, no caso em questão, a nomeação dos municípios. A nomeação é marcada pelo surgimento da palavra que tem origem indígena, e a carga semântica da palavra é atribuída à relação das práticas sociais dos índios/nativos da região que se utilizavam dos principais rios para seus afazeres como a prática da caça, sua água para beber, fazer seus alimentos e suas higiênes.

Estes enunciados nos indicam que o sujeito da língua, o falante, fala num espaço enunciativo dividido que marca a relação de convívio de línguas distintas, em especial pela presença do Português e por uma diversidade de línguas dos habitantes nativos, os índios da região. A enunciação dos nomes destes municípios refere-se ao funcionamento da temporalidade própria desses acontecimentos que recortam como memorável, e traz para o presente do acontecimento, os sentidos da narrativa de origem dos nativos/índios da região, que pode ser contada por muitas histórias, esse funcionamento também abre sua latência de futuro, que projeta sua futuridade, a possibilidade da aparição dos sentidos de uma narrativa que contará as histórias da municipalidade dos que ali vivem.

O processo de nomeação destes municípios evidencia um lugar marcado por relatos históricos, documentos e narrativas que envolvem inúmeros sujeitos do dizer que nominalizaram um ou vários lugares e descreve as regiões como locais de muitos conflitos e muita exploração. As enunciações apresentadas mostram como os sentidos se constituem nos acontecimentos e que as histórias destes acontecimentos de enunciação

podem estabilizar ou não certas determinações de sentido, e outros assemelhados, podem contribuir de modo muito particular para a reflexão sobre a relação da enunciação com a língua, constituída enunciativamente como um sistema de regularidades linguísticas e com a nomeação atribuída ao lugar. Os municípios passam a se identificar e significar, essas relações enunciativas constitutivas do nome que faz significar o município enquanto parte da geopolítica do Estado na/da história brasileira.

Ao tomar os nomes como objeto de estudo, o que se pôde ver neste percurso, é que a análise enunciativa dos acontecimentos de nomeação pode nos levar a uma compreensão singular do modo de observar a construção da significação sócio histórica da história, ou melhor, das histórias de um povo, um estado, um município. Relação esta que se constrói na temporalidade instaurada pelo acontecimento da própria interpretação que recorta como memoráveis narrativas das histórias constitutivas dos nomes dos municípios e projeta em si sua futuridade, os novos sentidos que irão construir as futuras narrativas de nomeação destes municípios.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Silvana. **Planejamento Governamental: A SUDECO no Espaço Mato-grossense. Contexto, Propósitos e Contradições.** Tese (Doutorado em Geografia), USP, 2001.
- BARROZO, João Carlos (Org). **Mato Grosso: Do Sonho á Utopia.** Cuiabá: EdUFMT / Carlini e Cianato. 2008
- BERNARDES, J.B. **As Estratégias do Capital no Complexo da Soja.** In: Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território/Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa, organizadores- 5º ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- BIRKHOLZ, L. B. – **Planejamento Regional e o Planejamento Local –** Relacionamentos e Condicionantes, FAUUSP, Publicação, São Paulo, 1979
- BERGER, John. **Modos de ver.** Tradução Lúcia Olinto. Rio de Janeiro Rocco,1999.
- CATAIA, Márcio Antônio. **Território Nacional e Fronteiras Internas:** a fragmentação do território brasileiro. Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas USP, Tese de Doutorado, março de 2001.
- CASTRO, S. P. et al. **A Colonização Oficial em Mato Grosso:** “a nata e a borra da sociedade”. Cuiabá: EDUFMT, 1994.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Imprensa Oficial do Estado S.A. - IMESP, São Paulo, 1988.
- COY, Martin. **Desenvolvimento regional na periferia amazônica.** In: AUBERTIN, Catherine (Org.). Fronteiras. Brasília: EdUnb; Paris: Orstom,1988, p. 27-36.
- CUNHA, Marion Machado. **O trabalho dos professores e a Universidade do Estado de Mato Grosso em Sinop - MT na década de 1990:** o sentido do coletivo. 2010. 213 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- CRETELA JUNIOR, José. **Direito Administrativo Municipal.** 2ª ed., Editora Forense. Rio de Janeiro: 1981.

CRUZ, Beatriz A. Acosta F. da; KARIM, Taisir Mahmudo. **Marcas de nomeação: Ente o Selvagem e o urbano nomes que contam histórias de Poconé.** Livro Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades Brasileiras. Pontes, 2016.

DIAS, Luiz Francisco. **Enunciação e forma linguística.** In: Revista de estudos da linguagem. Belo Horizonte, v.21, nº1, jan - jun, 2013.

FIGUEIREDO, Paulo de. **Aspectos ideológicos do Estado Novo.** Brasília: Senado Federal, 1984.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Cidades de Mato Grosso: Origem e significado de seus nomes.** João Carlos Vicente Ferreira, Pe. José de Moura e Silva. – Cuiabá: J.C.V. Ferreira, 2008. 240p. 22cm

_____. João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios.** Secretaria de Estado de Educação. Cuiabá. 2008.

_____, João Carlos Vicente - **Mato Grosso e seus Municípios,** Editora Buriti, 2001

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido: um estudo histórico enunciativo da linguagem.** Campinas, SP: Pontes, 1995.

_____. **Semântica do Acontecimento.** Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. **A marca do nome.** In: Rua: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp - NUDECRI, Campinas, SP, nº 9, março, 2003.

_____. **Análise de Texto: procedimentos, análises, ensino.** Campinas, Editora RG, 2011. Mato Grosso (Câmara Municipal de Cáceres) Lei nº 965 de 1º de abril de 1986.

_____. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem.** 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

HIGA, Tereza Cristina Souza. **Geografia de Mato Grosso: Território, Sociedade Ambiente.** Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro Salles. **Dicionário da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IORIS, Lídio. **A rainha da floresta / Lídio Ioris** – São Paulo: A Il Print Editora, 2009.

KARIM, Taisir Mahmudo. **Dos nomes à História** - o processo constitutivo de um Estado: Mato Grosso. Tese de Doutorado. IEL, UNICAMP, Campinas, 2012.

KARIM, Taisir Mahmudo/Di Renzo, Ana Maria / Bressanin, Joelma Aparecida / Karim, Jocineide Macedo (orgs). **Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras: Um Estudo Semântico-Enunciativo do Mato Grosso – (Fase I)**, Campinas, SP: Pontes editores,2016.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. In: Enciclopédia Einaudi. Portugal:Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

MARTINEZ. Paulo Henrique. **Patrimônio e Memória UNESP – FCLAs – CEDAP**, v.6, n.2, p.287 – 291, dez.2010

MENDES, M. A. **História e geografia de Mato Grosso**. Cuiabá: Cafarnaum, 2012.

MORENO, G. A. **Colonização no século XX**. In: MORENO, G. e HIGA, T. C.S. (Org.), **Geografia de Mato Grosso: Território, Sociedade, Ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

OLIVEIRA, Rosimar Regina Rodrigues de. **O progresso na “marcha para o oeste”**: uma análise enunciativa na imprensa mato-grossense / Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira. -- Campinas, SP: [s.n.], 2007.

OLIVEIRA, Rosimar Regina Rodrigues de. **A "marcha para o Oeste" no Brasil**: entre a civilização e o sertão / Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira. – Campinas, SP: [s.n.], 2013.

PIAIA, I. I. **Geografia de Mato Grosso**. 3. ed. ver. amp. Cuiabá: EdUNIC, 2003.

PINTO, G. J. **Do sonho à realidade**: Córrego Fundo – MG, fragmentação territorial e criação de municípios de pequeno porte. 248f. Dissertação (Mestrado em Geografia). IG-UFU, Uberlândia, 2003.

PLATÃO. **Diálogos**. Teeteto Crátilo. 3. ed. Belém: UFPA, 2001.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**: um ensaio de poética do saber. Campinas: Pontes, 1994

REIS FILHO, N. G. – **Evolução Urbana do Brasil 1500/1720**, São Paulo: Pini, 2000.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**: Da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOUZA, Bernadete Margarida de. **Histórico: trabalho de pesquisa**. Escola Municipal 07 de maio, Juruena, MT, 2002.

TEIXEIRA, Rubenilson B. **Os nomes da cidade no Brasil colonial**. Considerações a partir da Capitania do Rio Grande Do Norte. In: Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 02, número 03, 2003.

ZATTAR, N. Cáceres - **Nome Luso de Cidade Mato-Grossense**. In: RUA [online]. n°. 21. Volume 1, p. 155 - 170 - ISSN 1413-2109. Junho/2015. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade

ZENHA, Edmundo – **O Município no Brasil: (1552-1700)**. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1948, pg. 23 e 25. In: Reis Filho, Nestor Goulart – **Evolução Urbana do Brasil – 1500-1720**. São Paulo, Pini, 2000.

Textos acessados pela internet

KRAUTJER, Dom Erwin. Os povos indígenas do Xingu e a usina hidrelétrica de Belo Monte. Disponível em <http://vitorluiz.6te.net/?p=139>. Acessado em 06 de novembro de 2017.

Sites acessados

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ju%C3%ADna>. Acesso em 09/03/2017

<http://juina.mt.leg.br/institucional/historia/historia-de-juina/historia-do-municipio-de-juina> - Acesso em 12/05/2017

[Https://www.dicio.com.br/gleba](https://www.dicio.com.br/gleba) - Acesso em 18/04/2018

<http://www.juara.mt.gov.br/Cidade/Historia> Acesso em 02/07/2017

http://www.geocities.ws/indiosbr_nicolai/dooley/ptgn.html - Acesso em 16/03/2018

<http://dicionariosvarios.blogspot.com.br/2009/06/dicionario-guarani-tupi-tupi-antigo.html>, Acesso em 26/06/2017

Revistas

Revista Agroeste, Cuiabá, ano II,n.1 e 2,set.1979/1980.

Revista Geográfica de América Central, Número Especial EGAL, Ano 2011

Revista edição especial, História da cidade, 2001

Governo do Estado de Mato Grosso, Secretaria de Justiça. Leis & Decretos; Ed. Líder, 1982

Revista Fundação Júlio Campos. Municípios de Mato Grosso –Juína, Várzea Grande;
1983

O jornal O Imparcial, a folha do Noroeste (1989)

Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Ano XC, Cuiabá, 07 de maio de 1982, nº 18.563